

Brasil e Portugal: Contribuições para uma Parceria Estratégica tendente a uma presença mais ativa dos dois Países no cenário internacional

Glauco Corbari Corrêa*

RESUMO

O presente trabalho apresenta a atual situação da aproximação entre Brasil e Portugal em termos de acordos e tratados bilaterais e multilaterais, bem como possíveis contribuições para incrementar essa parceria estratégica, sob a ótica das relações internacionais e da política externa dos dois países. Apresenta as principais características da Política Externa Brasileira e Portuguesa, focando-se, principalmente, nos aspectos que norteiam essas Políticas no século XXI e na forma como os dois países têm buscado uma inserção mais efetiva no cenário internacional, apontando a importância da parceria estratégica flexível para atingir esse intento. Detalha os principais canais de diálogo e os possíveis vetores de parceria estratégica entre Brasil e Portugal, atendo-se, especialmente, nos aspectos que delineiam essa aproximação no presente século e que potencializam a inserção internacional dos dois países. Aborda ainda as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil e a Portugal incluir no âmbito de um plano de parceria estratégica comum. Apoiando-se no conceito de parceria estratégica flexível, analisa os resultados obtidos no desenvolvimento das questões anteriores, verificando, sob a ótica da política externa e das relações internacionais, as contribuições sustentadas de cada país, Brasil e Portugal, no sentido de desenvolver uma parceria estratégica tendente a uma presença mais ativa de ambos os países no cenário internacional. Conclui que Brasil e Portugal, para além da ligação cultural, histórica e afetiva, apresentam grandes oportunidades para exercer uma relação bilateral que permita a projeção mais dinâmica de ambos na cena internacional, muito embora denotem também algumas assimetrias. Estas disparidades podem ser minimizadas pelo incremento e dinamização de alguns vetores, nomeadamente o geopolítico e militar, o tecnológico, o econômico, o mercadológico, o político-diplomático, o sociocultural e o educacional. A potencialização dessa parceria estratégica flexível só será possível com o uso alargado da complementaridade e da sinergia entre os dois países, tendo o Atlântico como pano de fundo.

Palavras-chave: Brasil. Portugal. Parceria Estratégica. Política Externa. Relações Internacionais. Contexto Internacional.

*.Tenente-coronel de Infantaria, graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); pós-graduado em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Castelo Branco (UCB); pós-graduado em Ciências Militares – Segurança & Defesa pelo Instituto Universitário Militar (IUM), em Portugal; mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e Investigador Associado e Revisor Científico do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM (CIDIUM), em Portugal.

ABSTRACT

This paper presents the current approach between Brazil and Portugal in terms of bilateral and multilateral treaties, as well as possible contributions to enhance this strategic partnership, from the perspective of international relations and foreign policy of the two countries. It presents the main characteristics of the Portuguese and Brazilian Foreign Policies, focusing mainly on aspects that guide these policies in the twenty-first century and how the two countries have sought a more effective international position, emphasizing the importance of flexible strategic partnership to achieve this intent. This paper details the main channels of dialogue and possible vectors of strategic partnership between Brazil and Portugal, attaining especially to aspects that outline this approach in the present century and that boost the international integration of the two countries. Possible areas that could be of interest to Brazil and Portugal to include within a joint plan of strategic partnership are also discussed. Based on the concept of flexible strategic partnership, the results obtained in the development of the above questions are analyzed, by checking, under the perspective of foreign policy and international relations, the sustained contributions of each country, Brazil and Portugal, in the sense to develop a strategic partnership aimed at a more active international presence of both countries. It is concluded that Brazil and Portugal, beyond cultural, historical and emotional connections, present great opportunities to pursue a bilateral relationship that allows dynamic projection of both in the international scene, although also denote some asymmetries. These disparities can be minimized by enhancing and promoting some vectors, namely the geopolitical and military, technological, economic, the market, the political-diplomatic, socio-cultural and educational. The intensification of this flexible strategic partnership will only be possible with extended use of complementarity and synergy between the two countries, having the Atlantic as a background.

Keywords:.Brazil. Portugal. Strategic Partnership. Foreign Policy. International Affairs. International Context.

Introdução¹

O jogo político e as relações internacionais (RI), associados a questões geopolíticas e de estratégia, são assuntos amplos e diversificados, tendo diversos aspectos a serem investigados. Isso se deve à complexidade do cenário internacional (CI) atual, compreendendo diversos atores e interesses nem sempre coincidentes.

Enredados nessa arena de relações, a partir de meados da década passada, Brasil e Portugal voltaram a estreitar os laços de amizade e cooperação, em particular no que concerne aos assuntos estratégicos, sempre balizados pela união de mais de cinco séculos de história.

Essa parceria transcende o âmbito militar, tornando-se uma parceria estratégica (PE) global. Segundo Pires (2009, p. 40), valores e princípios fundamentais são partilhados por ambas as partes, como a democracia; o primado do direito; o respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos seus direitos basilares; e uma economia de mercado.

Os dois Estados têm participado ativamente e de forma cooperativa em fóruns, encontros e cúpulas multilaterais, com destaque para a parceria constituída na promoção da reforma da Organização das Nações Unidas (ONU). Como pauta bilateral importante, podemos destacar o esforço desenvolvido na difusão conjunta do idioma

português e a tentativa de torná-lo uma das línguas oficiais da ONU (GRAYLEY, 2008). Portugal tem também desenvolvido algumas ações para que o Brasil se torne um membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), como defende, inclusive, o atual primeiro-ministro português, António Costa (REIS, 2017). Importa ainda referir as ações desenvolvidas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização da qual são membros fundadores.

No aspecto econômico, o papel chave dos dois países na criação de um acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pode assumir contornos importantes na agenda internacional. A inserção do Brasil na UE, por meio da mediação de Portugal, e a inserção deste último no MERCOSUL, em função da liderança natural exercida pelo Brasil naquela união aduaneira, é outro cenário que poderá vir a ser considerado no âmbito econômico (SILVA, 2012).

Convém falar-se ainda da assimetria existente nos dias de hoje entre os dois Estados. Segundo Silva (2012, p. 3), impõe-se constatar que há muita dificuldade em sair dos hábitos e dos chavões tradicionais para uma parceria mais atuante e coerente com a atualidade, que extrapole o aproveitamento das conjunturas recíprocas mais favoráveis.

Nesse sentido, já que a relação é de fato assimétrica, caberia a Portugal, como economia menor, manter-se atualizado em relação à evolução e desenvolvimento do grande e natural parceiro, que tem pela frente uma agenda própria vasta e variada. Verifica-se que ainda há certa resistência por parte de Portugal em abraçar de forma decidida o Brasil no âmbito de uma estratégia de inserção internacional bem alicerçada (SILVA, 2012, p. 3).

¹ Artigo baseado no trabalho de conclusão do Curso de Estado-Maior Conjunto com o título “Brasil e Portugal: contributos para uma parceria estratégica tendente a uma presença mais ativa dos dois países no cenário internacional”, realizado nos anos de 2013/2014 e apresentado como pré-requisito para obtenção do Título de Especialista em Ciências Militares pelo Instituto Universitário Militar (IUM), em Portugal. O trabalho foi realizado sob a orientação do Major de Engenharia do Exército Português e doutorando Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico

Ainda relacionado a esse assunto, Patrício (2008) afirma que as relações Portugal-Brasil da atualidade não correspondem ao passado de história e diálogo entre os dois países. Apesar de o discurso oficial português atribuir grande importância ao Atlântico, no âmbito da sua política externa, o que acontece, de fato, é que isso verdadeiramente não ocorre; por um lado porque o Brasil não figura como uma grande prioridade da Política Externa Portuguesa (PEP) e; por outro, porque Portugal não se encontra no topo da agenda do Brasil, resumindo-se à história e à ligação cultural-afetiva na Política Externa Brasileira (PEB).

Segundo Sousa (2002, p. 65), o que importa, particularmente em relação aos aspectos econômicos de parceria, é destacar que o Brasil, na qualidade de polo econômico emergente, não necessita de Portugal como elemento indispensável para atuar na globalização. Todavia, Sousa (2002, p. 66) coloca que interessa na verdade é saber de que maneira Portugal e Brasil podem desenvolver uma estratégia mútua de cooperação de forma a darem um novo rumo e sentido às relações luso-brasileiras e a ultrapassarem de modo definitivo as simples e sazonais relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância.

Diante do acima exposto, corrobora-se a relevância da presente investigação, em virtude da inserção dela junto aos assuntos referentes à política externa dos dois países em pauta, no que tange às diferentes possibilidades de cooperação e sinergia, constituindo-se em uma verdadeira PE.

Sendo assim, o objetivo da investigação é a PE entre Brasil e Portugal e delimitou-se o mesmo ao estudo dos acordos de cooperação e parcerias concretas já existentes entre os dois países e à identificação de novos vetores de interesse

recíproco. Desse modo, efetuou-se o enfoque na inserção de ambos na agenda internacional, procurando-se apontar questões e cenários onde haja possibilidade de aproveitamento da sinergia na associação de Brasil e Portugal, com vistas a fortalecer a PE na direção da presença mais ativa de ambos no CI.

A presente investigação, no que diz respeito à limitação temporal, focou-se na Política Externa do Brasil e de Portugal, preponderantemente no século XXI, e nos períodos de criação de acordos e fóruns bilaterais e multilaterais que envolvam os dois países.

O objetivo geral da investigação é verificar a atual situação da aproximação entre Brasil e Portugal em termos de acordos e tratados bilaterais e multilaterais, bem como possíveis contribuições para incrementar essa PE, sob a ótica das RI e da política externa dos dois países. Dessa forma, formularam-se os seguintes objetivos específicos: entender os conceitos, prioridades, dimensões e orientações da PEB e da PEP, relativas ao enfrentamento dos desafios do século XXI; analisar os canais de diálogo possíveis entre Brasil e Portugal, de maneira a compreender as melhores formas de interação entre os dois países com vistas a uma presença mais ativa de ambos no CI; e estudar os possíveis vetores de parceria entre os dois países.

Para orientação da investigação e considerando o que já foi apresentado, designadamente no que diz respeito à delimitação de tema, foi definida a seguinte Pergunta de Partida (PP): quais os principais vetores a considerar em uma PE entre Brasil e Portugal, no sentido de inserir os dois países de maneira mais ativa no CI?

No sentido de operacionalizar a execução da investigação, foram formuladas as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

PD1: quais os principais aspectos característicos da PEB?

PD2: quais os principais aspectos característicos da PEP?

PD3: quais os principais canais de diálogo entre Brasil e Portugal?

PD4: quais as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal?

PD5: quais as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil?

Foram ainda formuladas as seguintes Hipóteses (H) como proposições provisórias:

H1: a PEB privilegia, dentre outros aspectos, o princípio do multilateralismo e o esforço na cooperação com outras nações de língua portuguesa.

H2: a PEP privilegia, dentre outros aspectos, a participação ativa do País no sistema multilateral e a crescente relevância do Atlântico e das relações transatlânticas.

H3: para além do canal bilateral, os outros canais de diálogo possíveis entre Brasil e Portugal são a CPLP, as Conferências Ibero-Americanas, as Conferências UE-América Latina e Caribe e o quadro inter-regional UE-MERCOSUL.

H4: a inserção mais efetiva do Brasil na UE e na Europa de maneira geral, o apoio para o fortalecimento da CPLP, a cooperação na defesa do Atlântico Sul e o apoio para conquista de um

assento permanente no CSNU são possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal.

H5: o apoio para o fortalecimento da CPLP e a maior presença no Atlântico Sul são possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil.

H6: os possíveis vetores de parceria para maior inserção internacional dos dois países seriam o cultural, o tecnológico, o de defesa, o político e o econômico. Sendo que essa Hipótese passa a responder também a PP.

O modelo de investigação da temática em questão seguiu as normas comumente aceitas para investigação científica aplicada ao campo social e político, e teorizadas por autores como Raymond Quivy e Luc Van Campenhout (2013) e Stephen Van Evera (1997).

Utilizou-se a pesquisa exploratória que permitiu o mapeamento, a descrição e a elaboração de uma classificação inicial para a necessidade ou não de inserção de novos dados relativos à pesquisa em pauta.

Realizaram-se entrevistas com a Senhora Doutora Sónia Melo e Castro, Chefe da Divisão da América Latina e Caraíbas, da Direção de Serviços das Américas, da Direção-Geral de Política Externa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de Portugal, no período de agosto de 2012 a setembro de 2014; e com a Senhora Doutora Cláudia Susana Maniés Bicho, Adjunta da Direção de Serviços de RI, da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional (MDN) de Portugal, desde novembro de 2010.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a apresentação de conceitos teóricos e visão histórica, com foco principal nos dados sobre: o modelo de inserção internacional do Brasil e de Portugal; a PEB e a PEP; e os acordos de cooperação, fóruns e debates entre Brasil e Portugal. Englobou, ainda, literaturas de especialistas e estudiosos de modo geral.

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise foi realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

- Fontes de busca: artigos científicos, livros e monografias da Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), do Instituto Universitário Militar (IUM) e do Instituto de Defesa Nacional (IDN). Esses dois últimos localizados em Portugal.

- Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas: foram utilizados os seguintes termos descritores: Política Externa Brasileira, Política Externa Portuguesa, relações Brasil Portugal, acordos de cooperação Brasil-Portugal, acordos bilaterais Brasil-Portugal, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e as parcerias estratégicas Brasil-Portugal, respeitando as peculiaridades de cada base de dados. Foi pesquisado o acervo disponibilizado por meio das bases eletrônicas brasileiras, nomeadamente a base “CAPES periódicos” e a base da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Após a pesquisa eletrônica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram revisadas, no sentido de encontrar

artigos não localizados na referida pesquisa.

O estudo está organizado em oito seções, cuja última é a conclusão. Os conceitos, conhecimentos, informações e interpretações que permitem formar um quadro teórico conceitual dos termos “política externa” e “parceria estratégica”, que são importantes para a análise que é apresentada ao longo do trabalho, constam da segunda seção. Essa parte do trabalho apresenta ainda o entendimento acerca do termo “parceria estratégica”, fazendo a devida ligação com a política externa dos países, explicando a parceria estratégica flexível (PEF) e os ambientes, em nível macro, propícios para a adoção desse tipo de parceria.

A terceira seção aborda as principais características da PEB, focando-se, principalmente, nos aspectos que norteiam essa Política no presente século e na forma como o Brasil tem buscado uma inserção mais efetiva no CI, apontando a importância da PE com Portugal para atingir esse intento.

A quarta seção, de forma análoga à anterior, aborda as principais características da PEP, atendo-se, especialmente, nos aspectos que norteiam essa Política no século XXI e na forma como Portugal tem buscado uma inserção mais efetiva no CI, procurando fazer as ligações necessárias com a presença do Brasil nesse contexto.

A quinta seção detalha os principais canais de diálogo e os possíveis vetores de PE entre Brasil e Portugal, focando-se nos aspectos que potencializam a inserção mais efetiva dos dois países no CI.

A sexta seção aborda as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal e, de igual forma, as possíveis áreas que

poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil.

A sétima seção analisa os resultados obtidos no desenvolvimento das seções anteriores, verificando, sob a ótica da política externa e das RI, as contribuições sustentadas de cada país, Brasil e Portugal, no sentido de desenvolver uma PE tendente a uma presença mais ativa de ambos no CI.

Por último, apresenta a conclusão, em que se pode ler que Brasil e Portugal, para além da ligação cultural, histórica e afetiva, apresentam grandes oportunidades para exercer uma relação bilateral que permita a projeção mais dinâmica de ambos no cenário internacional, muito embora denotem também algumas assimetrias. Essas disparidades podem ser minimizadas pelo incremento e pela dinamização de alguns vetores, nomeadamente o geopolítico e militar, o tecnológico, o econômico, o mercadológico, o político-diplomático, o sociocultural e o educacional. A potencialização dessa PEF só será possível com o uso alargado da complementaridade e da sinergia entre os dois países, tendo o Atlântico como pano de fundo.

2. Enquadramento Conceitual

2.1. Política Externa

Com o intuito de se encontrar as questões centrais do relacionamento entre dois países é importante compreender a abrangência do conceito de “política externa”.

Em relação à política externa dos Estados, Dias (2010) apresenta a política exterior como um conjunto de decisões, políticas e ações de um governo que criam uma doutrina específica, coerente, e de certa forma permanente, que se projeta no cenário

internacional, para atender às necessidades do Estado, e que reflete a estabilidade e a força do Estado. Dias (2010) acrescenta que:

A política exterior de um Estado constitui uma política pública, que adquire grande importância por suas implicações e alcance no cenário internacional. Sua elaboração sofre influência de todo um conjunto de fatores internos e externos que são determinantes na hora de estabelecer a agenda internacional de um país.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pinheiro (2004, p. 7) define política externa como:

O conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais -, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional.

Nesse sentido, trata-se da “conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no Sistema Internacional (SI) tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder”.

De acordo com Oliveira (2005, p. 2-3), ao partir-se da consideração de que o objeto de RI é o meio internacional, que abrange o conjunto das relações somadas às relações transnacionais, estar-se-á trabalhando com a premissa de que, na realidade, política externa representa uma das áreas de RI, porém com ênfase maior no papel do Estado. Sendo assim, a política externa é a área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional e que, por

consequência, sua definição e implementação é prerrogativa do Estado.

Nesse mesmo sentido, porém de uma maneira mais simples e objetiva, a política externa é definida por Wilhelmy (1988, p. 148, tradução nossa) como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante outros Estados.

No mundo globalizado de hoje, a interação entre Estados está agregando cada vez mais a participação de organizações não governamentais (ONG), de empresas e grupos sociais diversos, fazendo com que a política externa de um país corresponda, também, à atuação do Estado na defesa do conjunto dos interesses dessas instituições (OLIVEIRA, 2005, p. 5).

Conforme Wilhelmy (1988, p. 149, tradução nossa) a política exterior projeta para outros Estados aspectos importantes da política interna de um Estado. Além disso, a política exterior abarca as reações estatais às condições (estruturas e processos) dominantes no SI, transmitindo parte delas aos agentes políticos internos.

De acordo com Lafer (1987, p. 73-74), a harmonização das necessidades internas de

um país, ou seja, a proposta da sua inserção no mundo, acontece em três significativos campos de atuação:

- o campo estratégico-militar, que traduz o que um país significa, ou pode significar, para outros como aliado, protetor ou inimigo em termos de riscos de guerra e desejos de paz;
- o campo das relações econômicas, que explicita a importância efetiva ou potencial de um país para outros como mercado; e
- o campo dos valores, que revela a importância de um país enquanto modelo que almeja, mesmo que não em grande escala, a vida em sociedade.

Pode-se constatar, portanto, que a política externa se caracteriza em um processo dinâmico no qual as diferentes variáveis se encontram em constante reavaliação. O Quadro 1 apresenta uma proposta de composição dinâmica de elementos de política externa apresentadas por Oliveira (2005, p. 14), sem considerar a ordem apresentada como indicador de prioridades.

Política Externa
• Análise da realidade interna.
• Análise da realidade externa.
• Análise da compatibilização das realidades internas com as possibilidades externas.
• Processo de tomada de decisão.
• Implementação da decisão.
• Ação.
• Avaliação da política externa.

Quadro 1 – Composição dinâmica de elementos de política externa

Fonte: Oliveira (2005, p. 14).

Verifica-se, assim, que a polícia externa adotada por Brasil e Portugal – e suas dimensões – será determinante para definir os rumos do relacionamento entre os dois países, em benefício próprio e para o enfrentamento cooperativo dos desafios existentes no século XXI.

2.2. Parcerias Estratégicas entre Estados

No âmbito das RI, parceria significa relações entre nações que têm interesses comuns e que se comprometem a cooperar e coordenar suas ações no meio internacional. Ressalta-se que a parceria deve seguir algumas normas de conduta, tais como: nunca tratar o parceiro com hostilidade; compartilhar as mesmas premissas; manifestar desejo de cooperação em favor dos interesses comuns; e adotar medidas práticas para fortalecer as relações mútuas (HAO, 2009, tradução nossa).

Segundo Becard (2008, p. 31-32), dois países mantêm parceria estratégica quando se encontram presentes em suas relações bilaterais os seguintes elementos: condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; manutenção de relações dinâmicas nos campos econômico e sociocultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; e compartilhamento de visões a respeito da organização do SI.

Sendo assim, pode-se considerar que uma parceria estratégica irá abranger os mais diferentes setores, tais como o econômico, o político, o cultural e o social, além, logicamente, daqueles considerados estratégicos e/ou relacionados à segurança.

Todavia, o fato de dois países serem parceiros estratégicos e relacionarem-se em áreas tão caras à nação como um todo, não significa que não haverá atrito e discordâncias entre eles, como afirmam Cameron e Yongnian (2007, p. 4, tradução nossa). Dessa forma, os países continuam agindo de acordo com seus interesses, porém faz parte desses interesses uma tentativa de maior concertação entre eles, do contrário esses países não firmariam uma parceria estratégica.

Para Cameron e Yongnian (2007, p. 7-8, tradução nossa), as partes devem ter claramente definidos os objetivos a serem desenvolvidos na parceria estratégica, de maneira que podem ser apresentados os seguintes: promover entendimento mútuo; fortalecer os sistemas de regras baseados na governança global; promover a segurança global e regional; promover o respeito ao Estado de Direito, incluindo os direitos humanos; e aumentar a sustentabilidade econômica e social. Nesse sentido, a parceria deve ser baseada na igualdade, confiança mútua, respeito e compreensão. Também deve ser abrangente, holística e de longo prazo, e deve haver um compromisso intenso, contínuo e estável para essa parceria. O ideal é que os valores fundamentais das duas partes sejam semelhantes ou pelo menos compatíveis.

Segundo Lessa e Oliveira (2013, p. 9-10), a expressão parceria estratégica converteu-se, ao longo dos últimos anos, em uma ideia importante das políticas externas de muitos países. O uso intenso da expressão parceria estratégica pode ser explicada pela necessidade que as diplomacias enfrentam de dar um sentido prioritário a determinados relacionamentos bilaterais, projetando para o debate político e para o consumo público agendas que se pretendem apresentar como densas e revestidas de alta relevância política e econômica.

Procurando-se dinamizar ainda mais o conceito em tela, surge a questão da parceria estratégica flexível. Para Matias-Pereira (2010), a PEF apresenta dois enfoques na sua partida: a verificação da existência de um problema cuja magnitude e complexidade transcendem as forças de cada integrante da parceria, se considerado individualmente; e a convicção de que, mesmo diante das diferenças e diversidades entre os aliados, eles possuem uma convergência de crenças, valores, pontos de vista e interesses que os motiva a ter um posicionamento comum e uma disposição de atuar de forma conjunta para alterar uma determinada realidade ou contexto desfavorável.

O Quadro 2 apresenta os ambientes, em nível macro, propícios para a adoção das parcerias estratégicas flexíveis. Do acima exposto, verifica-se a importância do significado do termo “parceria estratégica” e a grande quantidade de canais de diálogo e dimensões possíveis para o desenvolvimento dessa parceria entre o Brasil e Portugal, de forma que ela contribua significativamente para a participação mais efetiva de ambos os países no contexto internacional.

Parcerias Geopolíticas e Militares	Parcerias Tecnológicas
<ul style="list-style-type: none"> - Combate ao terrorismo - Alianças militares - Redesenho de territórios 	<ul style="list-style-type: none"> - Meio ambiente - Biotecnologia - Nanotecnologia - Prospecção de petróleo - Aeroespacial - Produção de energia renovável
Parcerias Econômicas	Parcerias Mercadológicas
<ul style="list-style-type: none"> - Formação de blocos econômicos - Definição de regras para o sistema financeiro mundial 	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de mercados - Blocos econômicos

Quadro 2 – Ambientes, em nível macro, propícios para a adoção das parcerias estratégicas flexíveis
Fonte: Matias-Pereira (2010).

3. Política Externa Brasileira

3.1. A Política Externa Brasileira no século XXI

Segundo Cervo (2012, p. 11), a PEB “segue rumo à maturidade da inserção internacional. Nesse sentido, o século XXI constitui ponto de chegada avançado de um país novo, a procura do próprio destino”.

A evolução da PEB baseia-se em um padrão de conduta, como continuidade de uma política de Estado. Ela está assentada nos elementos de identidade nacional como: a autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de conflitos; o respeito pelos seus compromissos; as parcerias estratégicas;

o realismo e o pragmatismo; e a independência na inserção internacional, entre outros (CERVO, 2008, p. 26-31).

Ainda no sentido de transformação da PEB, pode-se afirmar que a década de 1990 representou o retorno do bilateral-hemisférico na PEB, o século XXI trouxe a demanda de atualização da tradição global-multilateral. Essa atualização trouxe uma evolução por meio da convergência dos níveis bi e multilateral da política externa (PECEQUILO, 2008, p. 151).

Ao longo deste novo século tem-se dado um novo impulso e uma nova roupagem à PEB. Ao contrário do passado recente, quando a política externa era acessória à

estabilidade macroeconômica e tinha função de garantir a credibilidade internacional, na atualidade, a política exterior, proativa e pragmática, é uma das bases da estratégia de governo calcada em mais três pilares: manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neodesenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 23).

O desafio da nova agenda da PEB é o de transformá-la em um caminho por meio do qual, no contexto de uma globalização assimétrica, o país amplie o poder de controle sobre seu destino e, com sensibilidade social-democrática, solucione um dos males que tanto lhe assola: a exclusão social (LAFER, 2000, p. 263). Essa questão remete a aspectos conceituais importantes da política externa apresentados na seção anterior, como a análise da realidade interna e a análise da compatibilização das realidades internas com as possibilidades externas.

Nesse âmbito, a diplomacia brasileira, dirigida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) (ou simplesmente Itamaraty), propagou-se pelos quatros cantos do mundo, constituindo o Brasil em um “Estado logístico” (CERVO, 2008, p. 108).

Segundo Cervo (2012, p. 12), a conduta diplomática em tempo de Estado logístico orienta-se pelos princípios da reciprocidade de benefícios entre as nações no campo da negociação multilateral e pela consolidação de parcerias bilaterais, visto que essas parcerias também estendem os interesses e o poder nacional. O desfile de parcerias estáveis e apreciadas, tanto pelo lado econômico quanto político e geopolítico, enriquece o tempo das RI do Brasil, sendo que dentre elas encontra-se Portugal.

Fonseca Júnior (2004, p. 363-374) afirma que, se antes o país construiu, com razoável sucesso, a autonomia possível pelo relativo distanciamento em relação ao mundo, na virada do século esta autonomia possível só pode ser construída pela participação ativa na elaboração das normas e pautas de conduta da gestão da ordem mundial.

Nesse âmbito, importa referir a linha de pensamento e atuação do atual Governo. Na Mensagem Presidencial da ex-Presidente Dilma Rousseff, ainda em vigor, consolidada no documento Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 (BRASIL, 2015), são apresentados Programas nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de governo para o futuro imediato: 2016-2019.

Fica estabelecido nesse documento que no plano internacional o governo brasileiro trabalha para aumentar a projeção internacional do país, incrementar seus mercados e adotar um modelo de governança revigorado para melhor refletir a atual ordem geopolítica e econômica global. O mesmo documento afirma que as prioridades para a PEB no aludido período compreendem o aprofundamento da integração na América do Sul, o reforço da diplomacia econômica, a consolidação da presença do Brasil nas relações estratégicas globais, a reforma das estruturas de governança global, o fortalecimento da cooperação internacional e o bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior. Outro ponto importante é a referência à promoção da multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o desafio da PEB, no início do século XXI, é o de buscar condições para entoar a melodia da especificidade do país em harmonia com o mundo. É, no entanto, um desafio para o qual o histórico da PEB, que é uma união das linhas de

continuidade com as da inovação, oferece importantes precedentes para a ação bem-sucedida (LAFER, 2000, p. 266).

Não há dúvidas que a PEB é o principal veículo de afirmação do Brasil no mundo. Pelo seu multilateralismo e pelos princípios da não intervenção, da autodeterminação dos povos e da cooperação internacional, ela procura inseri-lo no contexto regional e mundial. Nas relações bilaterais com os vizinhos e na liderança do processo de integração regional do MERCOSUL, pode-se inferir que o país já alcançou o *status* de potência regional (LEAL, 2004, p. 271).

Com a iniciativa de criar um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em 2008, e ao se opor à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 2005, o Brasil assumiu a sua hegemonia na região. Essa postura afetou a influência dos Estados Unidos da América (EUA) na América do Sul (AS) e ameaçou as relações entre ambos. Ao mesmo tempo, a PE com a UE e a ligação Sul-Sul por intermédio do fórum IBAS² e das relações com a África e com a China, contribuem para a sua afirmação como poder global (VARAS, 2008, p. 2-3, tradução nossa).

A intervenção brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas reuniões do Grupo dos Vinte (G20) e a busca de um assento permanente no CSNU, evidenciam o interesse do país em se afirmar como grande potência (CERVO, 2008, p. 114).

² IBAS: Índia, Brasil e África do Sul. Estabelecido em junho de 2003, quando foi emitido o primeiro documento do Grupo, a “Declaração de Brasília”, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes (BRASIL, 2017e), sendo também conhecido por G3.

Os interesses específicos do país estão, mais do que nunca, atrelados aos seus interesses gerais na dinâmica do funcionamento da ordem mundial. É por essa razão que a obra aberta da continuidade na mudança, que caracteriza a diplomacia brasileira, requer um aprofundamento nos foros multilaterais da linha da política externa. Ela se traduz em obter no eixo assimétrico das RI do Brasil um papel na elaboração e aplicação das normas e das pautas de conduta que regem os grandes problemas mundiais, que tradicionalmente as grandes potências buscam avocar e, na medida do possível, exercer com exclusividade (LAFER, 2000, p. 263).

3.2. A inserção do Brasil no contexto internacional

Como visto anteriormente, o Brasil tem se tornado um ator internacional cada vez mais relevante. Notadamente, a diplomacia brasileira é considerada um ativo de excelência, instituição fundamental para a projeção externa nacional. Apesar do legado diplomático brasileiro, os primeiros anos do século XXI chamam atenção para a necessidade de robustecer as capacidades de projeção internacional do país (TEIXEIRA JÚNIOR; NOBRE, 2010, p. 241).

Nesse sentido, o conceito de inserção envolve três componentes: a negociação diplomática; a política exterior que lhe agrega valores e interesses nacionais; e o movimento dos atores não governamentais, que agem externamente em busca de interesses específicos (CERVO, 2012, p. 9).

No caso do Brasil, a inserção internacional se caracteriza em um dos temas mais controversos, capaz de despertar o interesse dos maiores e melhores estudiosos. Os debates sobre tal inserção não deverão estar dissociados de uma questão identitária: a edificação de um projeto nacional para o Brasil. A inserção internacional a que se alude não corresponde, portanto, a uma razão de

Estado burocrática, mas, antes, aos reais propósitos nacionais, reclamados e respaldados pela sociedade (LOPES; VELLOZO JUNIOR, 2004, p. 318).

Nas últimas duas décadas, o Brasil desempenhou um papel-chave na política, na diplomacia e na economia, e agora, nas esferas de segurança e defesa (S&D) da AS. Esse é um processo que envolve custos e riscos, e requer, por isso, cautela. Por suas dimensões territoriais e econômicas, o Brasil desperta natural incômodo entre seus vizinhos. Na medida em que faz da integração regional da AS um fator importante de sua estratégia, a institucionalização do espaço sul-americano representa fator relevante para atenuar desconfiças e falta de entendimentos e proporcionar ambiente favorável à integração e à resolução pacífica de conflitos (BRIGAGÃO; SEABRA, 2009, p. 77).

O Brasil não sendo ainda uma grande potência internacional, demonstra possuir uma eficaz política externa. É por meio dela e do seu multilateralismo, apoiados na capacidade econômica que detém atualmente, que procura legitimar o seu papel nas esferas políticas e de segurança regionais e mundiais (CERVO, 2008, p. 114).

De forma paralela às incertezas quanto aos rumos do multilateralismo global, o final da primeira década do século XXI também arraigou a centralidade adquirida nos debates políticos, na mídia e nas análises acadêmicas, por duas dimensões da realidade internacional hodierna. Em primeiro lugar, a importância atribuída à categoria do BRICS³, “países intermediários” ou “potências emergentes” na hierarquia do SI. Em segundo lugar, a certificação do G20 financeiro⁴ como foro

³ Agrupamento formado pelos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRASIL, 2017a).

⁴ O grupo inclui, além dos membros do G-7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), os quatro membros da categoria do BRIC e mais a África do Sul, a Arábia Saudita, a Argentina, a

privilegiado de interlocução das principais economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento nos marcos da crise financeira que eclodiu no final do ano de 2008 (O BRASIL..., 2010, p. 159).

Diante desse contexto, “para o Brasil, sua inserção nas arenas econômicas globais, seu papel protagonista em negociações como as da Rodada Doha e sua inclusão em foros restritos como o G20 trazem desafios significativos à sua atuação multilateral” (O BRASIL..., 2010, p. 175).

Sendo assim, o Brasil aumenta progressivamente sua influência internacional, adquire *status* de potência regional e, além de ser considerado *global player*, quer atuar hoje como *global actor* no tabuleiro das principais decisões mundiais (BRIGAGÃO; SEABRA, 2009, p. 78).

No âmbito da aproximação Sul-Sul, ênfase especial vem sendo dada pelo Brasil às ex-colônias portuguesas, em especial por meio da CPLP, podendo servir, embora não seja essa a intenção, para a projeção ulterior de empresas brasileiras no continente africano (ALMEIDA, 2009, p. 16).

Outra vertente de inserção do Brasil no CI é, além da autossuficiência, o seu protagonismo no setor energético. Segundo Almeida (2009, p. 20-21), o Brasil poderá exercer papel positivo na futura governança da matriz energética que deverá emergir a partir da lenta decadência das fontes fósseis e da, ainda mais lenta, emergência de fontes renováveis de combustíveis (entre elas o etanol e diversas formas de biodiesel). O país está aparentemente bem dotado para isso. Todavia, as escolhas políticas, econômicas e tecnológicas precisariam ser feitas no plano interno, em perfeita sintonia com tendências que possam ser detectadas nos mercados internacionais nesse mesmo momento.

Austrália, a Coreia do Sul, a Indonésia, o México, a Turquia e a União Europeia (O BRASIL..., 2010, p. 159).

Diante do exposto, deve-se concordar com Brigagão e Seabra (2009, p. 81), segundo o qual a inserção internacional do Brasil deverá prosseguir como política de Estado. Iniciativas globais como o G20, o conglomerado IBAS, a concertação ainda não frutífera do CSNU, as boas relações com os EUA e a PE com a Europa – primordialmente por meio de Portugal –, são inserções que despertam o país inteiro na expectativa de colher os frutos da internacionalização e dar ao Brasil seu peso estratégico devido.

4. Política Externa Portuguesa

4.1. A Política Externa Portuguesa no século XXI

Portugal apresenta características marcantes que proporcionam o delineamento de uma política externa peculiar e consolidada, pois se caracteriza em um país antigo e com uma presença e imagem internacionais amplamente reconhecíveis e reconhecidas (CRAVINHO, 2012, p. 162). Ademais, trata-se de um país europeu, atlântico, podendo ainda ser descrito como uma pequena potência semiperiférica entre “a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima” (TEIXEIRA, 2010, p. 51).

De qualquer forma, o país tem suas bases inseridas em importantes instituições internacionais. Bons exemplos são: a UE; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a CPLP; e a Comunidade Ibero-Americana (CRAVINHO, 2012, p. 162). No plano multilateral, importa mencionar ainda a estreita colaboração do país com a ONU, exercendo o mesmo espírito de garantia da paz, de estabilidade e de desenvolvimento sustentável em um mundo em crescente processo de globalização, característico do século XXI (PEREIRA, 2006, p. 134).

Nesse sentido, importa referir que muito embora a democratização do país, a partir de 1974, exigisse alterações urgentes, assim como a integração europeia indicasse uma tônica particular, a PEP não deixou de

contemplar outras áreas do globo (FONSECA, 2010, p. 49).

O caso de Portugal, que não pode impor as suas preferências pela força ou pelo seu peso, tem de saber reconhecer a diversidade com que precisa de conviver no mundo atual, o que não acontecerá com dogmas simplistas. O aumento da intensidade do relacionamento internacional de Portugal ao longo dos últimos anos permitiu divulgar, de forma mais ampla, as “potencialidades da sua vocação para a construção de pontes”, dentre elas com o Brasil, encorajando a participação, procurando o diálogo e a promoção de consenso nas questões internacionais. Tudo isso corresponde não apenas a um conceito de boa cidadania internacional, mas antes, e sobretudo, ao próprio interesse nacional (CRAVINHO, 2012, p. 163), corroborando aspectos de PE abordados anteriormente.

A promoção de soluções para problemas de governação internacional, a promoção de reflexos e práticas de multilateralismo, e a promoção da própria presença no seio das deliberações internacionais, é aquilo que mais interessa a um país que precisa de regras para obter garantias na sua vivência internacional. (CRAVINHO, 2012, p. 163).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio e buscando amparo em um documento de Governo, o Programa do XXI Governo Constitucional de Portugal 2015-2019 (PORTUGAL, 2015) afirma que no plano das relações bilaterais a PEP, para além da importância do diálogo luso-espanhol, da articulação com os seus parceiros europeus e dos evidentes vínculos culturais e sentimentais que unem Portugal ao mundo lusófono, devem ser mantidas e incrementadas as relações Atlânticas e com os estados ibero-americanos, bem como estreitados os laços com as potências emergentes; o que valida uma PE com o Brasil, por exemplo.

De acordo com Cravinho (2012, p. 163), a postura necessária para Portugal

enfrentar os desafios contemporâneos da sua política externa deve estar voltada para a dedicação ao desenvolvimento e à consolidação de novas linhas de relacionamento, nas mais variadas esferas, com os principais novos polos de poder que hoje se afirmam. Deve-se, portanto, dedicar maior atenção à consolidação de relações estáveis e estruturadas com os chamados países emergentes, começando pelo Brasil.

Na análise da evolução da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) em relação à PEP, importa mencionar a relevância que tem sido conferida às relações da UE com os países da AS, por um lado, e com os Estados africanos, por outro, o que corresponde de forma similar a interesses próprios que ligam Portugal, por razões históricas e outras, a ambas aquelas grandes regiões. A presença da Espanha na UE intensificou os laços europeus com a América Latina, todavia têm-se multiplicado também por parte de Portugal notórios incentivos voltados para essa direção. Exemplos dessa situação são as negociações em curso pela UE com os países do MERCOSUL, possuindo várias iniciativas portuguesas – por vezes em conjugação com a Espanha e com o Brasil – com o intuito de ajudar a aproximar as posições de ambas as partes e facilitar, assim, uma conclusão satisfatória do processo. Por outro lado, não se pode esquecer a importância e visualização positiva que os parceiros latino-americanos conferem à presença, na UE, dos dois países europeus pertencentes ao processo das Conferências Ibero-Americanas⁵ (PEREIRA, 2006, p. 137-138).

Por estar no atual momento totalmente arraigado à UE, a importância de Portugal na política externa dessa instituição dependerá

⁵ Criada em 1991, a Conferência Ibero-Americana reúne anualmente os Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos com o objetivo de promover a cooperação e o desenvolvimento entre os seus membros. É atualmente constituída por 22 Países (BRASIL, 2017c).

em grande parte da relevância do país fora do âmbito da UE. Sendo assim, Portugal precisa adaptar-se às diversas transformações a nível mundial, particularmente a rápida ascensão dos chamados países emergentes. De forma simplista, o desafio de Portugal consiste em identificar a maneira de potencializar a sua capacidade competitiva e a maneira de tirar proveito da sua capacidade de geração de espaços e oportunidades de colaboração internacional (CRAVINHO, 2012, p. 162).

De maneira geral, a PEP deve incorporar três posturas básicas a fim de enfrentar os desafios da atualidade: manter as suas bases assentadas em mecanismos internacionais de estabilidade e de segurança; priorizar os pontos que diferenciam Portugal dos seus parceiros mais próximos, particularmente os europeus; e desenvolver novos vetores de relacionamento (políticos, culturais, econômicos, militares, científicos, entre outros) com regiões mundiais que se encontram em franca e acelerada mutação, nomeadamente os países emergentes (CRAVINHO, 2012, p. 162). Nesse último caso, é natural que o Brasil seja um dos principais parceiros para o desenvolvimento e aprofundamento de tais vetores.

As relações transatlânticas, o processo de integração europeia e o relacionamento com os países lusófonos – e de maneira especial com o Brasil – devem permanecer como alicerces da PEP para este início de século (CRAVINHO, 2012, p. 163).

Nesse âmbito, há que se ressaltar o importante papel que o Brasil assume na PEP e que será analisado com maior profundidade nas seções posteriores.

4.2. A inserção de Portugal no contexto internacional

De acordo com Teixeira (2010, p. 51-54), Portugal apresenta, historicamente, três modelos de inserção internacional, correspondendo também a três momentos históricos diferentes: o Portugal medieval, até

o século XV; o clássico ou histórico, do século XV até o período de democratização (1974-1986); e o democrático, a partir do período de 1974-1986 até os dias atuais.

O atual modelo de inserção internacional português mantém as áreas de interesse estratégico do país: a Europa, o Atlântico e as relações pós-coloniais. Importa destacar que hoje a Europa e o Atlântico além de termos contraditórios são também complementares, com relevante destaque para o Atlântico Sul – onde se desenvolvem as relações pós-coloniais – e para a projeção do país como membro da UE. Outra característica importante do modelo democrático é a aproximação das posições internacionais de Portugal e Espanha, partilhando de interesses domésticos ibéricos e de alianças extrapeninsulares, como a UE e a OTAN. Cabe ainda destacar que ao antigo triângulo bilateral Lisboa-Madrid-potência marítima junta-se, atualmente, um novo triângulo multilateral, que corresponde à presença de Portugal nas organizações internacionais (OI) das suas áreas de interesse estratégico: a UE na Europa; a OTAN no Atlântico; e a CPLP para as relações pós-coloniais (TEIXEIRA, 2010, p. 55).

Todavia, há um elemento novo que caracteriza o modelo democrático de inserção internacional: uma política externa de valores, promovendo a paz e os direitos humanos (TEIXEIRA, 2010, p. 55). É nesse âmbito que se realça a importância da inserção de Portugal na UE e a sua participação em operações de manutenção da paz, sob a égide da própria UE, da OTAN ou da ONU (PALMA, 2013, p. 20). Pode-se inferir, portanto, que o modelo democrático de inserção internacional assume o seu quadro de valores, que no caso de Portugal são os da democracia, do Estado de Direito e da segurança humana (TEIXEIRA, 2010, p. 56).

É fundamental que Portugal seja visto como um importante ativo para a promoção de relações de cooperação com outras instâncias no seio das organizações a que pertence. Um dos papéis a ser desempenhado é o de catalisador do estreitamento das relações entre a UE e a União Africana,

desenvolvendo ferramentas para apoiar a nova arquitetura africana de paz e segurança. Outro destaque internacional por parte de Portugal foi a assinatura do novo conceito estratégico da OTAN, em novembro de 2010, na cidade de Lisboa, marcando um novo rumo para os desígnios da Organização (CRAVINHO, 2012, p. 162).

Diante desse novo quadro de modelo democrático é que Portugal deverá enfrentar os desafios que se apresentam. O primeiro grande desafio, e que não é uma exclusividade do país, é a superação da crise econômica e financeira internacional. Seja pela dependência da evolução econômica e dos mercados internacionais, seja pelo fato de ser um membro da zona do euro, essa questão supera o âmbito da política externa e denota a necessidade de reafirmação portuguesa no seio europeu, representando um fortíssimo componente internacional para Portugal (TEIXEIRA, 2010, p. 56).

O segundo desafio refere-se à segurança internacional e ao papel da prioridade da contribuição portuguesa para a segurança e a paz no mundo. Nesse aspecto, destaca-se o mecanismo da segurança cooperativa e as participações estratégicas de militares portugueses em missões internacionais, angariando uma presença mais proeminente do país no cenário global (TEIXEIRA, 2010, p. 56).

De acordo com Teixeira (2010, p. 57), o terceiro desafio global é o da estabilidade e do reforço do vínculo transatlântico. Nesse âmbito, interessa a Portugal valorizar a dupla pertença: fazer valer a sua condição de país europeu na relação com os EUA e rentabilizar a sua relação transatlântica enquanto membro da UE, como já referido anteriormente.

O quarto desafio no atual modelo de inserção internacional são as relações pós-coloniais. Tais relações “devem desenvolver-se como um mecanismo de compensação e num quadro de complementaridade com as prioridades europeia e atlântica” (TEIXEIRA, 2010, p. 59). No plano bilateral, o interesse estratégico de Portugal recai no incremento das relações com os países lusófonos.

Basicamente no campo das relações econômicas, a prioridade deve dirigir-se para os países cujas economias constituam um fator de modernização para a economia portuguesa, ganhando importância nesse contexto o Brasil. No plano multilateral, o interesse português é de alargamento das áreas de intervenção da CPLP, para além da língua e da cultura, às esferas da economia e da segurança, tornando a Comunidade um instrumento mais ativo e crível no CI (TEIXEIRA, 2010, p. 59).

O último desafio diz respeito aos valores. Um ótimo exemplo desse aspecto foi a grande vitória da PEP na questão do Timor Leste, assentada em uma diplomacia de valores. Na escolha dos seus parceiros estratégicos, sobretudo no vetor econômico, o país não pode abandonar os valores estabelecidos. O equilíbrio entre os interesses e os valores constitui um último desafio para a PEP (TEIXEIRA, 2010, p. 59-60). Visualiza-se aqui, mais uma vez, o Brasil como parceiro natural de Portugal, pois comunga de valores muito semelhantes aos professados pelo país ibérico.

Cabe ressaltar que em diversas partes do mundo há uma predisposição favorável em relação a Portugal. A dificuldade encontrada se baseia na identificação de instrumentos e vetores nacionais que permitam o país desfrutar desse potencial. A insuficiência da classe empresarial é uma limitação que pode ser trabalhada, pois mesmo com tais restrições Portugal encontra na África, na Ásia e nas Américas grande receptividade, em geral por se tratar de um país europeu de algum modo diferente, que compreende alguma coisa sobre a perspectiva dos outros (CRAVINHO, 2012, p. 163).

Em síntese, diante dos novos desafios de inserção internacional, Portugal tem aprofundado as suas bases nas organizações estáveis e maduras a que pertence, tem rentabilizado para o século XXI o seu próprio legado histórico e tem desenvolvido e consolidado relações sólidas com os poderes emergentes (CRAVINHO, 2012, p. 163), dentre os quais se pode destacar o Brasil.

5. Canais de Diálogo e Possíveis Vetores da Parceria entre Brasil e Portugal

Sobre os aspectos que norteiam aproximação entre Brasil e Portugal no século XXI e que possam incrementar a inserção mais efetiva dos dois países no CI, importa referir inicialmente que além do canal bilateral, as relações luso-brasileiras estão inseridas em um contexto de complementaridade entre o vetor atlantista e o vetor europeísta. De fato, a complementaridade entre esses vetores pode ser constatada no estabelecimento, em 1991, do Acordo-Quadro de Cooperação entre Brasil e Portugal, que enfatizava a intensificação da aproximação no âmbito bilateral e dos diversos organismos regionais e multilaterais nos quais os dois países estavam integrados (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 333-334).

Nesse mesmo sentido, porém mais recentemente, no ano de 2000, foi assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil (TACC), que revogou o Tratado anterior e que procura afirmar a consciência de ambas as partes em relação ao que segue:

Ampla campo de convergência de objetivos [sic] e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e econômicos. (PORTUGAL, 2000, p. 7172).

Dessa forma, pode-se constatar que a ponte que viabiliza a aproximação entre os dois países está construída, contudo carente de um fluxo mais contínuo e efetivo de realizações que permitam alçar Brasil e Portugal a um patamar mais elevado no CI, o

qual procurar-se-á caracterizar a partir de agora.

É bem verdade que Brasil e Portugal dispõem de vários canais de diálogo, conforme destaca Patrício (2008):

Para além do canal bilateral, a CPLP (que interessa a ambos), as Conferências Ibero-americanas, as Conferências UE-América Latina e Caribe e o quadro inter-regional UE-Mercosul. No momento de crise do multilateralismo, o canal que tem sido privilegiado pela generalidade dos Estados é o bilateral.

Segundo o Itamaraty, mais de 60 acordos bilaterais foram firmados entre Brasil e Portugal nos últimos 100 anos (BARBOSA, 2008, p. 1). Essa situação corrobora a ligação natural e histórica existente entre os dois países e que deveria, em uma abordagem mais simplista, traduzir-se em ações concretas e simbióticas, mas que tem encontrado resistências, problemas e, até mesmo, falta de interesse de ambas as partes em determinadas situações.

Alguns canais de conversação, não necessariamente bilaterais, surgem para diminuir essa distância. Pode-se citar, inicialmente, a CPLP. Apesar da sua crescente projeção para dentro e para fora do espaço dos Estados-Membros (BRASIL, 2017b), particularmente com o fortalecimento da “política Sul-Sul” brasileira da última década, a importância concedida pelo Brasil à CPLP é proporcional a que a mesma desfruta no CI, ou seja, não é apenas em relação à CPLP como instituição, mas com todos os países que a compõem, a não ser em momentos específicos (MIYAMOTO, 2009, p. 32).

A CPLP não pode se caracterizar exclusivamente em uma panaceia para a política externa de Brasil e Portugal, mas, antes de tudo, deve se apresentar como um instrumento político-diplomático destinado a aproximar os seus Estados-Membros e forjar parcerias, complementando e fortalecendo a ação bilateral (ROSA, 2006, p. 5).

A falta de pragmatismo no cumprimento dos objetivos desse foro multilateral, particularmente no que diz respeito ao vetor econômico, é um dos grandes impasses da Organização. Segundo Torres e Ferreira (2001, p. 110), “o pior inimigo da CPLP é ela própria, isto é, pensar, por um lado, que este espaço pode ser ‘reservado’, ao ‘abrigo’ do resto do mundo e, por outro, ambicionar alcançar metas inatingíveis no domínio econômico”.

Nesse sentido, o vetor econômico assume importante papel para permitir a conjugação de esforços entre Brasil e Portugal, não somente visando a apoiar o desenvolvimento econômico dos demais países constituintes da CPLP, mas também com o intuito de obter maior penetração no continente africano, tendo como porta de entrada grande parte desses países apoiados.

Importa referir que a CPLP foi concebida, em 1996, assentada em três pilares fundamentais: a concertação político-diplomática; a cooperação; e a promoção e difusão da língua portuguesa. A partir do início da década passada, outros dois pilares começaram a ganhar importância: a promoção da cooperação econômica e comercial, por um lado; e, por outro, a cidadania e circulação de pessoas no universo geográfico da Comunidade (GALA, 2002, p. 19).

Outro vetor que deveria entrar verdadeiramente na pauta de assuntos da CPLP é o que diz respeito à defesa e ao controle das águas do Atlântico, particularmente na sua porção Sul.

No caso brasileiro, o Atlântico Sul é uma área onde estão as maiores reservas de petróleo e gás e com grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais (BRASIL, 2012c, p. 5), caracterizando-se, portanto, em possível alvo de pirataria (CORRÊA, 2014, p. 32). Corroborando esta ideia, pode-se afirmar que ao se analisarem os segmentos marítimos brasileiros e suas projeções, observa-se que o Brasil tem forte vinculação com o mar, com aspectos tanto políticos quanto econômicos, o que o leva a exercer uma natural influência

sobre o Atlântico Sul, que se constitui em uma das importantes áreas do entorno geopolítico imediato brasileiro⁶. A forte dependência do tráfego marítimo para as atividades de comércio exterior constitui relevante desafio para a defesa (BRASIL, 2012b, p. 21).

Para além da possibilidade de formação do triângulo estratégico do Atlântico Sul, constituído por Brasil, África do Sul e Angola (FREIXO, 2002), seria de fundamental importância a participação de Portugal nesse processo. Em primeiro lugar, pelos seus próprios interesses na região, que é um prolongamento do seu domínio marítimo, e, não menos importante, pela possibilidade de estar mais “próximo” da África e do Brasil. Alguns fatores são favoráveis para tal intento, como a histórica vocação marítima portuguesa e a sua extensa plataforma continental.

O atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) português prescreve o seguinte:

As duas margens do Atlântico Sul têm sido alvo de intensa procura de energia, minérios e produtos alimentares, o que sublinha a sua relevância geoeconômica. As reservas do Golfo da Guiné e de Angola e as jazidas de petróleo e gás no *offshore* do Brasil representam um contrapeso aos centros tradicionais de poder no sistema energético internacional. O Atlântico, para além de ser uma plataforma capital para o fluxo das matérias-primas e da energia, ficará ainda mais valorizado por ser um oceano aberto. A importância crescente das rotas energéticas e comerciais dá relevo à necessidade de um esforço convergente entre os países costeiros do Norte e do Sul para garantir a sua segurança comum. (PORTUGAL, 2013, p. 14).

⁶ O entorno geopolítico imediato brasileiro é constituído pela América do Sul, pelo Atlântico Sul e pela costa ocidental da África (BRASIL, 2012b, p. 16).

Nesse contexto, uma forma inteligente de conjugação de esforços, permitindo uma aproximação entre Brasil e Portugal, é a constituição de uma espécie de frota marítima única da CPLP (MOREIRA, A., 2014) para proteção e vigilância do Atlântico Sul. Não há dúvidas que a pirataria é uma séria ameaça à segurança, afetando rotas de grande importância para o comércio internacional. Sendo assim e conforme define o CEDN (PORTUGAL, 2013, p. 34), Portugal tem a opção de incrementar a sua participação em missões de combate à pirataria, cooperando com os Estados de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito do Acordo de Defesa da CPLP, para desenvolver ações de segurança marítima e de combate a esta ameaça.

O professor Adriano Moreira sugere ainda que Portugal vire-se para a CPLP e para o mar, consubstanciado na plataforma continental e assentado no Conceito Estratégico Nacional. Na análise dessas potencialidades, caberia a Portugal explorar a ligação marítima entre o Atlântico Norte e Sul, considerando que a posição marítima da maioria dos países lusófonos é costeira. Importa referir que essas possibilidades não são alheias a ameaças, sendo estas materializadas pela Espanha e pela UE, no que ao mar diz respeito (MOREIRA, A., 2014).

Nessa mesma linha de raciocínio, Portugal poderia promover parcerias estratégicas de segurança com os países da CPLP, atuando conjuntamente no domínio da segurança e da defesa, particularmente no que diz respeito ao combate ao crime organizado, à cibercriminalidade e à segurança das rotas navais (PORTUGAL, 2013, p. 35). Pode-se deduzir, então, que o Brasil seria o principal parceiro estratégico de Portugal nessa empreitada marítima securitária.

Nas palavras do professor Adriano Moreira (2013), a segurança do Atlântico Sul e do transporte marítimo encontra-se em um momento de importância crescente. Diante desse quadro, a CPLP não dispõe de Estados-Membros que por si só tenham condições de

assumir a hegemonia do Atlântico Sul, uma vez que a maioria deles é pobre, em vias de desenvolvimento ou atravessando graves crises. Talvez seja hora do Brasil começar a olhar para a CPLP como uma janela de liberdade, rumo à liderança do Atlântico Sul sob a bandeira da CPLP (MOREIRA, A., 2013). Importa destacar a importância de Portugal nesse processo, de forma a atribuir peso, experiência e influência no quadro apresentado.

De acordo com a Doutora Sónia Melo e Castro, do MNE de Portugal, a parceria no âmbito da defesa encontra-se arrefecida, no entanto em 2013 foram realizadas algumas consultas. A retomada dessa questão seria excelente para Portugal e uma ótima oportunidade de troca de experiências (CASTRO, 2014).

Para a Doutora Cláudia Bicho, do MDN, os principais canais de diálogo entre Portugal e Brasil no que tange à defesa passam pelas visitas ministeriais, que têm decorrido com alguma regularidade, quer no Brasil quer em Portugal; pelas Reuniões de Cooperação Estratégica de Defesa entre os respetivos Ministérios, entre a DGPDN de Portugal e a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) do Ministério da Defesa (MD) do Brasil; pelas conversações entre o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) de Portugal e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) do Brasil; e pelas conversações formais entre os Estados-Maiores da Marinha, do Exército e da Força Aérea dos dois países (BICHO, 2014).

A Doutora Cláudia Bicho acrescenta que o diálogo militar regular entre os dois países é importante. Todavia, há necessidade de uma análise mais integradora dos objetivos e dos resultados, no sentido de se verificar se o caminho que está sendo proposto a seguir é o mais adequado ou não. É preciso priorizar o conhecimento e a organização do que se deseja fazer, vindo a potencializar a complementaridade já existente. A Doutora afirma que as reuniões entre as Forças Armadas (FA) congêneres dos dois países têm vindo a ser mais assíduas do que as de Defesa (BICHO, 2014).

Voltando à questão da CPLP, faz-se necessário compreender que ela não se constitui apenas em um conjunto de países que comungam do mesmo idioma, todavia a língua portuguesa nesse âmbito é sim muito importante e não só pelo aspecto cultural. Segundo Freixo (2002), “a política de articulação do mundo lusófono e de fortalecimento da língua portuguesa – a partir do discurso da ‘herança cultural comum’ – atende a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das línguas mundiais (...)”. No entanto, há algumas feridas não cicatrizadas, heranças do colonialismo português, que contribuem para a falta de efetividade e interesse por parte dos demais países constituintes da CPLP (FREIXO, 2002).

Cabe ainda destacar que:

A Língua Portuguesa é hoje a quinta mais falada no mundo, o terceiro idioma europeu (depois do inglês e do espanhol) usado fora do Velho Continente e, finalmente, a nona língua na *internet*, sendo, portanto, identificada como um valioso patrimônio cultural, político e até econômico. (MOREIRA, L., 2010, p. 61).

Segundo Gala (2002, p. 24), o idioma português já se faz presente em diversas OI, entre as quais a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Outras oportunidades se abrem com a demanda crescente, mas que pode ainda ser estimulada, pelo ensino do português no exterior. Em suma, a língua portuguesa passa a ser um produto de exportação que deve acompanhar a expansão da presença política, empresarial e econômica brasileira (GALA, 2002, p. 25) e porque não dizer portuguesa.

É possível que o grande foco dos dois países nesse assunto seja a expansão da língua portuguesa de tal maneira que ela consiga estar presente com maior efetividade em órgãos de decisão mundial, como a ONU, e, dessa forma, se projetarem no CI por meio do idioma.

Todavia, a questão da lusofonia, tão presente nas pautas da CPLP, parece estar muito mais ligada apenas ao discurso português, uma vez que não tem alcançado o mesmo grau de importância no Brasil e nos demais países de língua portuguesa. Esse fato se deve fundamentalmente à mitologia política sobre a qual ela foi construída, que é essencialmente lusitana, não tendo tanto significado para os demais Estados-Membros. E, em grande parte, essa é a razão – somada aos aspectos políticos e econômicos – para que a CPLP ainda não tenha se consolidado mais de duas décadas após a sua criação oficial (FREIXO, 2010, p. 74).

Outra parceria que merece destaque e aprofundamento diz respeito à educação. Para a Doutora Melo e Castro, a constituição de massa crítica de conhecimento e em língua portuguesa com competências científicas e tecnológicas seria de fundamental importância para projeção dos dois países. Algumas ações nessa área têm sido importantes, como por exemplo a promoção da mobilidade de estudantes. No entanto, alguns óbices têm sido encontrados. O primeiro deles diz respeito ao reconhecimento de graus e títulos acadêmicos de ambas as partes, mas em maior escala por parte do lado brasileiro (CASTRO, 2014). O segundo caso diz respeito ao Programa Ciências Sem Fronteiras do Governo Brasileiro, que em 2013 cancelou a participação de Portugal como país anfitrião por considerar que não haveria “acréscimo” aos estudantes brasileiros em termos de aprendizado e/ou aperfeiçoamento de idioma estrangeiro (CASTRO, 2014; FAJARDO, 2015).

É preciso, portanto, aparar essas arestas, visando a uma integração mais pragmática entre os dois países. Um bom exemplo nesse sentido são as 27 universidades portuguesas que aceitam as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) brasileiro como critério de ingresso nas instituições (NOTA..., 2017).

Outro caminho importante para canalizar o diálogo entre Brasil e Portugal é aquele trilhado pelas Conferências Ibero-

Americanas. Esse fórum apresenta periodicidade anual e uma gama diversificada de programas (PORTUGAL, 2016), destacando-se aqueles pertencentes às áreas cultural, econômica e social.

Por meio da Conferência Ibero-americana seria possível atrair o interesse de Brasil e Portugal para participarem, de forma bilateral, fortalecendo os projetos já existentes e outros que poderiam ser concebidos. Passa-se a citar alguns programas que poderiam ser incrementados no sentido de ambos os países se projetarem no CI: na área cultural, o IBERMUSEOS (voltado para a vitalização e desenvolvimento de Museus) e o IBEMEDIA (voltado para o apoio à indústria audiovisual); na área social, o Programa de Formação em Gestão de Recursos Hídricos e o Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP), que visa, dentre outros aspectos, a fortalecer a governabilidade democrática Ibero-americana; e na área econômica, o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e o Programa Ibero-Americano de Inovação (PORTUGAL, 2016).

Pode-se inferir que muitos dos programas supracitados coincidem com possíveis vetores de PE entre Brasil e Portugal (cultural, tecnológico, político, social e econômico), devendo, portanto, ser valorizados, trabalhados e direcionados para beneficiar não apenas o vetor multilateral, mas também o canal bilateral.

Outro caminho de aproximação voltado para maior inserção internacional de Brasil e Portugal é percorrido por intermédio dos principais blocos regionais nos quais cada país se insere. No caso do Brasil, o MERCOSUL, e no caso de Portugal, a UE.

No quadro das longas relações comunitárias entre a Europa e a América Latina e seus diversos fóruns de debate, discussão, troca de ideias e assinatura de acordos comerciais, surge a Cúpula anual

América Latina-Caribe e União Europeia (ALC-EU)⁷ (PATRÍCIO, 2009, p. 72-73).

Esse Encontro poderia também se constituir em um importante canal de diálogo entre Brasil e Portugal e na projeção de ambos na cena mundial. Todavia, a evolução do perfil internacional do Brasil ao longo dos últimos anos, somado ao cansaço da receita de diálogo empregado pela UE com a América Latina-Caribe (a assimetria entre os processos de integração, o desnível das correntes de comércio, a heterogeneidade política e econômica dos atores latino-americanos) e do estancamento das negociações com o MERCOSUL, levaram a UE a abandonar o seu modelo de cooperação com a região (LESSA, 2009, p. 103). Dessa forma, “ao final de 2005, a União Europeia decidiu, na reavaliação do conjunto das suas relações com a América Latina, passar a privilegiar o Brasil como país-chave da região” (LESSA, 2009, p. 103).

De cunho eminentemente econômico, as ligações da UE com o Brasil foram elevadas ao patamar de PE, procurando-se seguir o modelo já adotado nas relações de Bruxelas com países de peso como EUA, Canadá, Japão, Rússia, China e Índia (SILVA, K. S., 2011, p. 7-9). Para as relações serem projetadas a este nível, o apoio de Portugal foi de grande importância, tendo sido a Presidência portuguesa do Conselho de 2007 a grande patrocinadora da parceria com o Brasil, vencendo todos os entraves encontrados nos processos de negociações. De forma estratégica, a ascensão brasileira no CI e na prioridade de interesses da UE é o mesmo que elevar a posição de Portugal e da língua portuguesa na Europa e no mundo (SILVA, K. S., 2011, p. 9).

Nessa mesma linha de ligações econômicas e comerciais, surge o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação UE-MERCOSUL, assinado em 1995, em Madrid,

pela UE e seus Estados-Membros e o MERCOSUL e seus Estados-Partes (SARAIVA, M. G., 2009, p. 71), mas cujas negociações só tiveram início de fato em 1999 (SARAIVA, M. G., 2009, p. 85).

Um dos grandes impasses dessa Cooperação é a implementação do acordo de livre comércio entre a UE e o MERCOSUL. As negociações iniciaram-se em 2000 e foram interrompidas em 2006 por falta de qualquer tipo de avanço, tendo voltado à pauta em vários períodos. O grande impasse seria o fechamento de uma proposição conjunta do MERCOSUL, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Argentina. “Desde então, o Brasil tenta costurar com Buenos Aires a harmonização de uma proposta a ser levada aos europeus” (VERÍSSIMO, 2014). E esse ajuste para estar próximo da solução, uma vez que conversas estão acontecendo em paralelo à XI Conferência Ministerial da OMC, em dezembro de 2017. Se o anúncio não for feito em Buenos Aires, o mais provável é que aconteça na Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, ainda em dezembro de 2017, em Brasília (FIGUEIREDO, 2017).

Segundo Ana Paula Zacarias, Embaixadora da UE no Brasil de 2011 a 2015, trata-se de uma oferta conjunta dos Estados-Membros do MERCOSUL, havendo interesses políticos e econômicos (UNIÃO..., 2014). A estimativa de Bruxelas é que o acordo UE-MERCOSUL crie uma zona de livre comércio de 59 milhões de euros e aumente em 12% as exportações brasileiras para o bloco europeu (BIZZOTTO, 2013).

Pode-se inferir que a efetivação do acordo supracitado poderia criar dividendos não só para o Brasil, mas também para Portugal. Todavia, a importância normalmente atribuída ao papel de Portugal e do Brasil no Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação UE-MERCOSUL aparenta uma certa hipocrisia, pois o único interesse do Brasil, ao que tudo indica, seria estabelecer um relacionamento próximo com a UE, seguindo os preceitos da diversificação de parcerias constantes da atual PEB. No momento em que o Brasil atingiu tal intento, a

⁷ Desde 1999, chefes de Estado e de governo dos países da América Latina, Caribe e União Europeia reúnem-se periodicamente para tratar de temas de interesse comum, principalmente projetos e cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.

relevância de Portugal parece ter perdido valor (PATRÍCIO, 2008).

Nesse mesmo sentido, Patrício (2008) afirma que a partir do momento que o Brasil negocia o seu próprio acordo com a UE, passa a descuidar-se em relação ao MERCOSUL, fato que poderá influenciar no decréscimo e/ou descrédito da sua liderança regional. Sendo assim, deve ser incentivada a parceria UE-MERCOSUL e não a parceria Brasil-UE, como forma de vencer o impasse vigente nas negociações UE-MERCOSUL desde 2004 (PATRÍCIO, 2008) e que parece ter encontrado caminho para a solução somente nos dias atuais, conforme referido anteriormente.

É evidente que há maneiras do Brasil sair ganhando, na qualidade de líder natural do MERCOSUL, assim como Portugal também ser beneficiado em função da sua influência na UE, bem como pela forte ligação com o Estado brasileiro. Todavia, os ganhos não podem ser apenas econômicos, mas sim extrapolar para outros campos, como o tecnológico e militar, somando esforços e projetando Brasil e Portugal além das fronteiras dos seus principais blocos regionais. No entanto, no atual cenário mundial, o que se verifica é que o Brasil é muito mais um *strategic partner* da UE do que de Portugal.

Para a Doutora Melo e Castro, Portugal pode servir como plataforma para a promoção dos interesses de países da América Latina na UE, bem como o Brasil pode servir de plataforma para a promoção de interesses de Portugal em organizações regionais como o MERCOSUL. Um bom exemplo foi a intermediação de Portugal junto à UE para apoio à candidatura de um brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da OMC, em 2013 (CASTRO, 2014).

Um exemplo cabal da importância dos dois países nesse quadro de ligação inter-regional é o empenho para viabilização do projeto de comunicação entre Brasil e Europa por meio de um cabo submarino de fibra ótica como uma questão estratégica e de segurança

e conforme foi anunciado pela ex-Presidente Dilma Rousseff, na 7ª Cúpula Brasil-UE, em Bruxelas, no dia 24 de fevereiro de 2014 (EICHENBERG, 2014). O cabo vai ligar Sines (Portugal) a Fortaleza (Brasil) em um projeto de um consórcio hispano-brasileiro, que deverá estar concluído em 2018 e permitirá ligação direta entre a Europa e o Brasil (BIANCHI, 2017), servindo para reduzir a dependência das ligações feitas por meio dos EUA e para se defender das práticas de espionagem americanas, denunciadas em 2013 e que envolveram o Brasil (EICHENBERG, 2014).

Segundo a Doutora Melo e Castro, há ainda espaço para aprofundamento tanto nas relações bilaterais como na vertente multilateral, por meio de discussões internacionais e regionais e reforçando a conexão Portugal-Brasil e Europa-América Latina. Em uma lógica de *win-win*, sairiam ganhando os dois países com diversos benefícios ainda possíveis de serem explorados (CASTRO, 2014).

Dessa forma, mais uma vez, solidifica-se a ponte entre Brasil e Portugal, reforçando a importância dos dois países nos cenários regionais e no contexto internacional.

De acordo com a Doutora Melo e Castro, um dos mais importantes canais de diálogo na atualidade é a Cimeira anual Brasil-Portugal (presidida pelos chefes dos respectivos executivos), regulada pelo TACC, já citado anteriormente (CASTRO, 2014). A última Cimeira foi realizada no Brasil, em novembro de 2016 (BRASIL, 2017g). Com essas Cimeiras busca-se fomentar as relações de amizade e cooperação entre os dois países. A preparação para elas por si só constitui-se em um ganho para ambas as partes, uma vez que a existência de um comitê bilateral permanente para tratar de assuntos no âmbito econômico, social, cultural, etc., permite “manter acesa” a ligação Portugal-Brasil. Esse comitê trabalha no nível setorial, todavia em um nível mais elevado (nível geral) são tratados assuntos de cunho “mais político”. Além disso, ocorrem visitas regulares de ministros dos dois países e, eventualmente,

visitas dos presidentes ou vice-presidentes (CASTRO, 2014).

6. Parceria Estratégica entre Brasil e Portugal

6.1. Possíveis áreas de interesse para o Brasil

O Brasil ocupa lugar privilegiado não apenas no âmbito do subcontinente sul-americano, mas também em termos mundiais, apresentando com frequência fortes demandas para ocupar espaços cada vez mais importantes, tanto em termos geográficos, como em termos de projeção política, econômica e estratégico-militar (MIYAMOTO, 2009, p. 23). É nesse sentido que a PE com Portugal pode gerar frutos.

A Europa – e particularmente a UE – representa um grande atrativo para o Brasil. Ao falar-se de Europa é natural que Portugal seja um dos primeiros países a ser lembrado pela PEB.

As demonstrações de apoio e empenho por parte de Portugal para formação da PE entre o Brasil e a UE, em 2007, denota que a diplomacia portuguesa será mais uma vez importante, a fim de dar continuidade e consolidar às negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE. Dentro das parcerias mercadológicas, a efetivação desse acordo permitiria maior abertura de mercados e interação entre os blocos econômicos, sendo vantajoso para ambos os lados.

A CPLP constitui-se em outra área de interesse que precisa ser fortalecida. Para o Embaixador José Pimentel (PIMENTEL, 2000, p. 19), a CPLP é um valioso instrumento político-diplomático com a função de promover a aproximação entre os seus Estados-Membros e construir parcerias. Ao contrário de substituir a ação bilateral ela a torna mais forte. Além disso, seus objetivos são de longo prazo, as regras são democráticas e está aberta à integração com outros parceiros, sejam eles públicos ou

privados, sejam dentro da sua zona de influência ou fora dela.

Apesar de a CPLP não ter surgido com a finalidade de se transformar em uma área de livre comércio, ela tem como opção a abertura de fronteiras e o favorecimento do seu espaço para incrementar as relações comerciais e econômicas entre os seus integrantes e, dessa forma, cumprir uma das metas estipuladas quando da sua criação, relacionada diretamente com a cooperação econômica. Nesse sentido, a diretora-geral da CPLP, Georgina Mello, afirma o seguinte:

A livre circulação de bens e pessoas pode acontecer mas só a médio ou longo prazo porque são alterações de fundo que implicam um debate complexo sobre a relação de cada país com o seu espaço regional, que tem regras que impedem esta livre circulação, e é complexo pôr os sistemas a falarem uns com os outros. O segredo para o sucesso é criar uma “comunidade paralela” àquela em que cada país está inserido regionalmente, seja Portugal com a União Europeia, seja o Brasil com o Mercosul, por exemplo. (CPLP..., 2014). 34

Diante da afirmação acima é possível pensar na edificação de uma grande comunidade econômica mundial por meio da CPLP. Todavia, tudo dependerá do empenho e articulação dos dois principais atores: Brasil e Portugal.

No campo do assunto defesa e primordialmente dentro das parcerias militares, emerge a busca de cooperação por parte do Brasil na segurança e defesa do Atlântico Sul. Nesse mister, surge a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁸; todavia esse foro de

⁸ Estabelecida em 1986, pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com base em iniciativa brasileira, a ZOPACAS é integrada por 24 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benim, Brasil, Cabo Verde, Camarões, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé

cooperação Sul-Sul aparece mais como um promotor de acordos e difusor da ideia de cooperação do que um espaço para ação conjunta. Apresenta-se como uma instância de discussões acerca da cooperação no Atlântico Sul e como única estrutura que reúne todos os países dessa região, deixando de exercer o papel de organização de integração regional pela falta de estrutura para concretização desse intento (GUERRA, 2011, p. 75).

Dessa forma, a CPLP parece ser mais uma vez uma alternativa para esse desiderato. Em relação a esse assunto e a necessidade de envolvimento dos seus Estados-Membros, Bernardino (2011, p. 51) afirma o que segue:

A Estratégia da CPLP para os Oceanos baseia-se nas políticas nacionais dos Estados membros [sic] e assenta numa visão comum de união e de partilha, tendo em conta a diversidade de realidades existentes entre os diferentes Estados membros [sic], não só ao nível económico e social, mas também ao nível geográfico. Esta visão comum poderá constituir uma ampla oportunidade para uma cooperação internacional em domínios essenciais para o desenvolvimento sustentável das atividades ligadas ao mar, já que os países da Comunidade se distribuem por vários oceanos em diferentes quadrantes do globo. Na elaboração de uma estratégia dos oceanos é fundamental o tratamento transversal e integrado dos diversos assuntos e actividades [sic], e de acordo com o imperativo da interdependência entre sectores [sic]. A Estratégia da CPLP para os Oceanos baseia-se nos pilares do princípio do desenvolvimento sustentável: ambiental, social e económico e procura dar orientações para uma correcta [sic] gestão dos recursos marinhos.

Verifica-se, portanto, que para além da constituição da frota marítima única abordada

e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, 2017f).

anteriormente, a ligação da CPLP com o mar pode funcionar para o Brasil como uma ferramenta capaz de abarcar diversas áreas de interesse, como a económica, a social e a ambiental. A presença de Portugal nesse processo seria importante para o Brasil e, sem dúvida, importante também para o futuro da própria Comunidade.

Segundo a Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileira, diante do atual cenário internacional, o Brasil e suas Forças Armadas (FA) deverão estar em condições de preservar o território, as linhas de comércio marítimo, as plataformas de petróleo e o espaço aéreo nacionais. Sendo assim, há necessidade de ir ao encontro de parcerias com outros países, no sentido de desenvolver a capacitação tecnológica e a fabricação de produtos de defesa nacionais, com o intuito de suprimir, gradativamente, a dependência da importação (BRASIL, 2012a, p. 8).

Brasil e Portugal incorporam-se a parcerias desse tipo por meio, por exemplo, da integração no Projeto da Aeronave KC-390, com participação da Empresa Brasileira de Aeronáutica, S.A. (EMBRAER) e das empresas portuguesas Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. (OGMA) e Empresa de Engenharia Aeronáutica, S.A. (EEA). Trata-se da construção e desenvolvimento do novo avião militar brasileiro para transporte tático/logístico e reabastecimento em voo. Sob a coordenação da EEA e por meio do Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel (CEIIA), Portugal desenvolve o projeto de engenharia de três segmentos do avião de transporte militar. Os componentes são fabricados em Portugal pela OGMA, que também produz a fuselagem central da aeronave (BONALUME NETO, 2011). Esse é o segundo projeto da EMBRAER em Portugal, que já conta com um investimento de 148 milhões de euros em duas fábricas de componentes em Évora (SILVA, R., 2017).

A fórmula de PE acima parece ter obtido êxito e ser de grande importância para a indústria de defesa brasileira. Dessa forma, pode-se inferir que o desenvolvimento de

outros projetos bilaterais nas áreas científico-tecnológica e de defesa precisam ser estabelecidos com Portugal, não se restringindo apenas ao vetor aéreo, mas abrangendo também os vetores terrestre, naval e quiçá o aeroespacial.

Na recente visita do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Portuguesa, Tenente-General Manuel Teixeira Rolo, ao Brasil, em novembro de 2017, foi ressaltado pelo Comandante da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, que Brasil e Portugal já possuem algumas parcerias, como a realização de cursos de pós-graduação de militares da FAB em universidades do país e, também, as operações conjuntas. Declarou, ainda, que existe a possibilidade de mudar a sede da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa da Inglaterra para Portugal (BRASIL, 2017d), demonstrando franco interesse em fomentar essa parceria.

Na visão do Embaixador do Brasil em Portugal entre 2010 e 2016, Mário Vilalva, verifica-se atualmente uma significativa interação nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) entre os dois países. Segundo ele, entre os anos de 2013 e 2014, cerca de 6 mil estudantes universitários brasileiros matricularam-se em Portugal, principalmente em Engenharia e Biomedicina, vindo a alterar a tendência anterior, em que os cursos de Letras, Filosofia e Direito eram os mais escolhidos (VILALVA, 2014, p. 28).

No âmbito político-diplomático, o Brasil tem demonstrado ao mundo o seu intento de obter um assento permanente no CSNU e Portugal tem surgido como um grande aliado para esta conquista, que se alcançada poderá robustecer ainda mais a presença brasileira no CI. De acordo com a Doutora Melo e Castro, Portugal considera que o atual peso regional e econômico do Brasil deve ter reflexos no cenário mundial e, além disso, possuir um membro de língua portuguesa no CSNU favoreceria não só o Brasil, mas todos os países lusófonos (CASTRO, 2014). Vale lembrar que o atual Secretário-Geral da ONU, António Guterres,

é português, o que poderia facilitar as negociações.

6.2. Possíveis áreas de interesse para Portugal

Torna-se redundante repetir algumas áreas já elencadas como de interesse para o Brasil, pois, de forma análoga, são também do interesse português. Sendo assim, passa-se a apresentar outros domínios menos explorados.

Nos campos científico-tecnológico e econômico, pode-se citar como primeiro grande exemplo de parceria os acordos firmados entre a empresa Petróleo Brasileiro, S.A. (PETROBRAS) e a empresa portuguesa Galp Energia, nomeadamente para produção de biodiesel. A estratégia de suprimento conta com um polo agroindustrial no Brasil para cultivo da palma (dendê). Em Portugal, a unidade de produção localiza-se na refinaria de Sines, sendo que o investimento atende aos critérios de rentabilidade das companhias para além de fortalecer a posição da PETROBRAS como produtora de *green diesel*, permitindo sua presença estratégica no mercado de combustível europeu. Pode-se destacar ainda, que o projeto redundará em ganhos ambientais e contribuirá para a diminuição dos efeitos da mudança climática, estando alinhado ao objetivo de concretização da política energética portuguesa e da EU (PETROBRAS, 2010).

Nesse mesmo âmbito, só que agora em relação à exploração de petróleo, destaca-se que a PETROBRAS é hoje parceira da Galp Energia em mais de 24 blocos de petróleo no Brasil. No leilão realizado em 2013, a Galp ganhou a concessão de mais nove blocos de petróleo. A relação PETROBRAS-Galp é extremamente longínqua e profícua e tem trazido vantagens para ambos os lados. A Galp tem sido parceira nomeadamente no caso da exploração da camada do pré-sal brasileiro, tendo contribuído tecnicamente e por meio de análises econômicas (BAPTISTA, 2013). No leilão de 2017, a Petrogal, cuja Galp detém 70% da empresa, arrematou 20% do direito para exploração e

produção de petróleo e gás natural na cobijada região Norte de Carcará (GOVERNO..., 2017). Nesse sentido, há espaço para Portugal aproveitar o *know-how* adquirido na camada do pré-sal e expandir para outros domínios de prospecção de hidrocarbonetos em parceria com o Brasil.

Importa referir que em outubro de 2016 a PETROBRAS assinou um memorando de entendimento com a Galp Energia com o objetivo de expandir a cooperação entre as duas companhias. Com esse memorando, PETROBRAS e Galp fortaleceram a parceria, “considerando potenciais sociedades na exploração, desenvolvimento da produção e infraestrutura de óleo e gás, em regiões de interesse comum em todo o mundo”. Um programa conjunto de treinamento e pesquisa com foco em reservatórios carbonáticos em águas profundas foi incluído pelo acordo (CARRANÇA, 2016).

De modo a corroborar a importância do aspecto científico-tecnológico, a Doutora Melo e Castro afirma que uma das áreas de maior interesse para Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil é a da CT&I, apresentando grande margem para cooperação mútua. Segundo ela, trata-se de *expertises* que podem ser aproveitadas por ambos os países (CASTRO, 2014).

Além disso, no âmbito cultural e da inserção internacional, Portugal aposta na CPLP como mecanismo para afirmação da língua portuguesa no mundo, sendo que a colaboração no campo do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, poderia dar massa crítica e visibilidade do que “se faz em língua portuguesa” (CASTRO, 2014).

A Doutora Melo e Castro acrescenta que Portugal tem promovido as suas relações com os países da América Latina e pensa que o Brasil poderia contribuir para uma maior aproximação entre a região e a UE, nomeadamente por meio da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), por exemplo (CASTRO, 2014).

No que concerne ao domínio da Defesa, segundo a Doutora Cláudia Bicho e atendendo ao histórico de cooperação entre indústrias portuguesas e brasileiras, Portugal tem encorajado a consolidação e identificação de novas oportunidades de aprofundamento do seu relacionamento na área dos produtos da indústria de defesa, destacando-se os setores da construção naval (pelas vocações marítimas, necessidades específicas do Brasil, facilidade do idioma, entre outros), em particular o projeto português de Navio-Patrolha Oceânico; da indústria aeronáutica, além da já citada parceria OGMA-EMBRAER; e dos sistemas de comunicações e de tecnologias de materiais (BICHO, 2014). Como é possível constatar, as possibilidades de parceria militar-tecnológica são inúmeras e merecem ser aprofundadas.

Segundo a Doutora Cláudia Bicho, no campo militar, nomeadamente em relação às Missões de Paz, importa registar a recente contribuição brasileira em três missões de cooperação internacional de paz, sob mandato da ONU, o comando militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Em colaboração destaca-se, ainda, a presença, em 2013, de Oficial brasileiro a bordo do navio-almirante português da Força Naval da UE durante a Operação “Atalanta” nos esforços internacionais de combate a atos de pirataria no mar. Segundo a representante do MDN, a continuação de intercâmbio de oficiais nas Operações de Paz de OI em que atuam as FA dos dois países deverá ser encarada com agrado (BICHO, 2014).

Cabe salientar ainda o provável desdobramento de tropas brasileiras na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), a partir de 2018 (DE ORTE, 2017), missão essa que já possui aproximadamente 160 militares portugueses, a maioria dos quais Comandos.

Ademais, o Brigadeiro General do Exército Português, Hermínio Teodoro Maio, irá comandar, a partir de janeiro de 2018, a Missão de Treinamento Militar da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM RCA) (COTRIM, 2017).

Acrescenta-se o estudo da possibilidade de intercâmbios também com tropas constituídas, que viriam a se constituir em troca de experiências muito interessantes para ambas as partes, a exemplo do que já ocorreu com o pelotão canadense e com o pelotão paraguaio incorporados às tropas brasileiras no Haiti.

No campo da defesa, o Atlântico Sul está presente na agenda das RI portuguesa. Segundo Rodrigues e Xavier (2013, p. 64), as relações de Portugal com a África e com o Atlântico Sul nos âmbitos econômico e militar compõem um domínio chave da estratégia de projeção internacional de Portugal para o século XXI.

7. Análise de resultados

Como forma de melhor compreender as questões que serão apresentadas, o Quadro 3 apresenta de maneira sintética os principais aspectos que serão detalhados a partir de agora e condensa os resultados mais relevantes da pesquisa. Para tanto, foi utilizado como ponto de partida da análise os ambientes, em nível macro, propícios para a adoção das PEF, de Matias-Pereira (2010), apresentado anteriormente.

Antes de proceder à análise propriamente dita, cabe apresentar algumas considerações adicionais sobre os dois países em pauta, a fim de elucidar as questões que tenham sido menos trabalhadas ao longo do trabalho.

A primeira grande questão, já colocada em alguns pontos do presente estudo, é a considerável assimetria existente entre os dois países, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), peso geopolítico e inserção internacional, por exemplo, em que os índices brasileiros superam os portugueses neste momento. Pode-se considerar o Brasil

uma potência média em busca de ascensão e Portugal um pequeno Estado que se recupera de uma grave crise financeira.

Cabe salientar que em relação aos aspectos econômicos as assimetrias são de maior envergadura, com agendas e dinâmicas comerciais menos complementares. Investir nos vetores da CT&I e do desenvolvimento da Indústria de Defesa talvez seja um bom caminho.

Para tentar minimizar a questão da assimetria, recorre-se mais uma vez a Matias-Pereira (2010), segundo o qual, em um caso de PEF, mesmo diante das diferenças e diversidades entre os aliados, eles buscam a cooperação para modificar esta realidade, pois possuem uma convergência de crenças, valores, pontos de vista e interesses. Acredita-se ser esse o caso de Brasil e Portugal.

Para Sousa (2002, p. 67), somente com um quadro de cooperação, de respeito e de complementaridade é que Brasil e Portugal, tendo como pano de fundo o Atlântico, onde ambos os países se encontraram e nele continuam, física e simbolicamente, pelo espaço e pela língua, e os diversificados espaços regionais em que estão inseridos, poderão reencontrar-se, e hoje como em outros tempos, marcarem de forma decisiva o SI.

O verdadeiro sentimento em relação às alternativas para projeção de Portugal no CI, contando com a cooperação brasileira, pode ser expressa pela afirmação abaixo:

Se os portugueses quiserem, com vontade política e trabalho econômico, conseguirão elevar de novo Portugal acima das suas fronteiras ao centro de toda Ibéria Ocidental, assim se fortalecendo europeamente para de novo melhor se projectar [sic] pelos oceanos, onde contará com o Brasil, entre outras fundamentais colaborações escolhidas pelos brasileiros e portugueses. Capitais e tecnologia vêm, quando atraídos pela vontade e o trabalho. Muito mais se pode fazer, além dos tratados e acordos convencionais. (CHACON, 2010, p. 58).

País Tipo de Parceria	Para o Brasil 	Para Portugal 	Para ambos 
Geopolítica e Militar	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> - Análise mais integradora dos objetivos e dos resultados das reuniões no âmbito da Defesa, além de priorização do conhecimento e da organização do que se deseja fazer, vindo a potencializar a complementaridade já existente. - Continuação e incremento de intercâmbio de oficiais nas Operações de Paz de OI em que atuam as FA dos dois países, alargando para tropas constituídas. - Constituição de uma frota marítima única, por meio da CPLP, para a S&D do Atlântico Sul. - Desenvolvimento de uma estratégia geopolítica conjunta.
Tecnológica (inclui também a Indústria de Defesa)	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> - Incrementar a parceria na produção e desenvolvimento de “energia limpa”, nomeadamente biocombustíveis. - Aproveitar o <i>know-how</i> adquirido na exploração da camada do pré-sal brasileiro pela Galp Energia, a fim de expandir para outras áreas de prospecção de hidrocarbonetos. - Incrementar a troca de experiências e <i>expertises</i> na área de CT&I. - Colaboração no âmbito do desenvolvimento tecnológico, por meio da CPLP e tendo Portugal e Brasil como centro do processo, a fim de propiciar massa crítica e visibilidade do que “se faz em língua portuguesa”. - Aprofundamento do relacionamento na área dos produtos da indústria de defesa, destacando-se os setores da construção naval; da indústria aeronáutica; e dos sistemas de comunicações e de tecnologias de materiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de projetos bilaterais nas áreas científico-tecnológica e de defesa, a exemplo da produção do KC-390 entre a EMBRAER e a OGMA, não se restringindo apenas aos meios aéreos, mas também navais, terrestres e espaciais. - Incrementar o intercâmbio de estudantes nas áreas de CT&I, como engenharia e biomedicina, por exemplo. - Constituição de massa crítica de conhecimento e em língua portuguesa com competências científicas e tecnológicas.
Econômica	- Enxergar em Portugal uma possível porta de entrada comercial e de investimentos do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a evolução da economia brasileira e as suas transformações. - Portugal pode servir 	<ul style="list-style-type: none"> - Edificação de uma grande comunidade econômica mundial por meio da CPLP. - “Resgatar” o Atlântico como

	na Europa. - Brasil pode servir de plataforma para a promoção de interesses de Portugal em organizações regionais como o MERCOSUL.	como plataforma para a promoção dos interesses de países da América Latina na UE.	grande via de comércio, nomeadamente por meio do Acordo UE-MERCOSUL.
Mercadológica	- Fomentar a diplomacia portuguesa para dar continuidade às negociações e consolidar o acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE.	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Aprofundamento das negociações do acordo de comércio entre o MERCOSUL e a UE.
Político-Diplomático	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Contribuição do Brasil para maior aproximação entre a América Latina e a UE, nomeadamente por meio da CELAC. - Permanecer apoiando a obtenção de um assento permanente no CSNU por parte do Brasil.	- Valorizar, trabalhar e direcionar a Conferência Ibero-Americana para beneficiar o canal bilateral.
Sociocultural	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Mudança de postura (cultura estratégica) por parte de Portugal – com o apoio brasileiro – para obter maior presença na África e no Atlântico Sul.	- Manutenção e projeção da lusofonia no cenário internacional. - Difusão conjunta do idioma português e a tentativa de torná-lo uma das línguas oficiais da ONU e de outros Organismos Internacionais.
Educacional	- Esforço para retomar e aprofundar a participação de Portugal no Programa Ciências Sem Fronteiras do Governo Brasileiro.	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Facilitação para o reconhecimento de graus e títulos acadêmicos de ambas as partes.

Quadro 3 – Relevância da parceria estratégica entre Brasil e Portugal por vetores

Fonte: (Corbari, 2017).

Dentre os possíveis canais de aproximação verificados anteriormente, chama-se a atenção para a CPLP, que pode ser enquadrada em praticamente todos os vetores de PEF. De acordo com Migon e Santos (2013, p. 44), pode-se visualizar um triângulo nessa Comunidade, com Brasil e Portugal ocupando vértices próprios, e os demais países da CPLP, nomeadamente os africanos, posicionados no terceiro vértice. Tal desenho da Organização demonstra que o futuro dela depende em grande escala do grau de harmonia que resultará das relações entre Brasil e Portugal no âmbito da Comunidade, permitindo complementaridade e sinergias em vez de polarizações entre os parceiros comunitários.

É da resolução da “equação estratégica” que deriva das perspectivas e interesses portugueses e brasileiros que será possível construir uma efetiva agenda política e econômica, que é a efetiva demanda e interesse

dos parceiros africanos. (MIGON; SANTOS, 2013, p. 44).

Em relação à questão acima, cabe destacar que no âmbito da CPLP – podendo também ser incluído o Atlântico Sul – a assimetria entre o Brasil e Portugal é ainda maior, pois não se limita apenas a questões econômicas, mas também à questão da cultura estratégica, que acaba por envolver a herança colonial. Seria interessante Portugal entender que a cooperação Sul-Sul – *modus operandi* brasileiro de inserção na África e que impulsiona economias em desenvolvimento – não é o mesmo que cooperação Norte-Sul, sendo esta muito mais “agressiva” e muitas vezes com pouco retorno para o ator “favorecido”.

Uma questão importante de aproximação e que não consta do conceito de PEF de Matias-Pereira (2010) é a que diz respeito aos aspectos socioculturais. Segundo o Embaixador Mário Vilalva, apesar da

variedade multirracial na formação da nacionalidade brasileira, a lusofonia é muito forte. Para ele, o brasileiro é o português projetado no tempo e no espaço, razão pela qual o povo português é o maior apreciador do produto cultural brasileiro (VILALVA, 2014, p. 29).

Outra pauta bilateral importante se refere ao esforço desenvolvido na difusão conjunta do idioma português e a tentativa de torná-lo uma das línguas oficiais da ONU (GRAYLEY, 2008), questão já exaustivamente trabalhada anteriormente e de fundamental importância para projeção dos dois países no CI. De forma curiosa, o aspecto cultural, que inclui o idioma, pode ser considerado uma das poucas sinergias significantes na relação Brasil-Portugal no atual momento.

No âmbito da parceria mercadológica, o Embaixador Mário Vilalva visualiza, no curto prazo, a possibilidade de negociação do acordo de comércio entre o MERCOSUL e a UE, devendo ser concretizado em dezembro de 2017 e se caracterizando em um tema importante em função do efeito direto na relação bilateral, significando dizer que se for conseguido o entendimento entre esses dois blocos econômicos, os produtos portugueses passarão a chegar ao Brasil com tarifas alfandegárias mais baixas. Essa relação bilateral econômica propiciará novas exportações e importações, novos investimentos serão estimulados e poderá ser verificada a criação de emprego e riqueza para ambos os países (VILALVA, 2014, p. 29).

Nos domínios da economia, o Embaixador Mário Vilalva destaca que ao ser firmado o acordo entre o UE-MERCOSUL será possível “resgatar” o Atlântico como grande via de comércio, já que ela havia sido perdida para o Pacífico nos anos 80, representando um salto qualitativo nas relações Brasil-Portugal (VILALVA, 2014, p. 29), podendo ser enquadrado como uma parceria econômica de sucesso.

Nessa mesma área, Silva, J. R. (2012, p. 3) afirma que a resistência seguidamente encontrada em Portugal com o intuito de “abraçar decididamente” o Brasil no âmbito de uma estratégia internacional bem apoiada significa uma recusa em aceitar horizontes mais amplos e preparar-se para os complexos desafios da globalização e da crise internacional determinados pela competitividade que impera no mundo de hoje. Sendo assim, parece estar no momento de Portugal acompanhar os rumos do Brasil. Silva, J. R. (2012, p. 7) acrescenta que:

Se a pequena economia se souber adaptar às circunstâncias determinadas pela grande, pode sair até (mais) beneficiada, pela extensão do mercado que assim terá acesso e pela dinâmica que se gera em consequência. Nesse sentido, uma das suas principais obrigações é conhecer a evolução da grande economia e as suas transformações (...).

Segundo a Doutora Melo e Castro, a parceria econômica constitui-se em um setor com grande potencial de desenvolvimento. O crescimento econômico do Brasil oferece oportunidades às empresas portuguesas, mas é importante destacar que Portugal também pode servir de porta de entrada comercial e de investimentos do Brasil na Europa (CASTRO, 2014).

No âmbito da CT&I, que faz parte do vetor tecnológico, o incremento da parceria é de interesse de ambas as partes e não deve abranger uma ou duas áreas específicas, mas sim atuar em um campo mais alargado de cooperação efetiva. Todavia, segundo Saraiva, J. F. S. (2000, p. 189), a autossuficiência acadêmica de ambos os lados concorre, em larga escala, para o afastamento da convivência intelectual entre os dois países.

Ainda em relação à CT&I, importa referir que os investimentos em energias renováveis são de fundamental importância para Portugal. Se comparado com outros países, o Brasil é detentor de uma matriz

energética muito favorável nesse setor e pode ser o parceiro ideal em uma área onde a posição portuguesa não é tão proeminente, muito embora os esforços que têm sido desenvolvidos no domínio das energias renováveis (SILVA, J. R., 2012, p. 18).

Torna-se importante relembrar alguns vetores que foram mais desenvolvidos anteriormente e que podem se constituir em relevantes canais de aproximação estratégica, que são o geopolítico e militar, o educacional e o político-diplomático.

Nos domínios do vetor geopolítico e militar, destaca-se a constituição da frota marítima única ao abrigo da CPLP e o intercâmbio de militares, particularmente em operações de paz.

No vetor educacional, ressalta-se a busca de sinergia e entendimentos entre as instituições de ensino dos dois países, bem como consenso entre os dois governos, no sentido de facilitar o acesso de ambas as partes ao ensino superior e o reconhecimento de graus e títulos acadêmicos.

Quanto ao vetor político-diplomático, merece destaque a concertação entre os dois países para a aproximação de ambos em Conferências e outros foros multilaterais, como por exemplo a Conferência Ibero-Americana. Além disso, destaca-se o *lobby* que tem sido feito por Portugal na defesa do assento permanente no CSNU por parte do Brasil.

Como síntese desta seção, apresenta-se as palavras de Barbosa (2008, p. 15), que em muito traduzem as relações Brasil-Portugal dos dias atuais:

(...) pela história, língua e cultura que têm em comum, Brasil e Portugal possuem um relacionamento recheado de potencialidades e especificidades a serem aproveitadas. Tal aproveitamento consiste sobretudo em aproveitar a boa estrutura jurídica e institucional deste relacionamento e em transcender seus aspectos meramente afectivos [sic],

operacionalizando esta sintonia histórica, linguística e cultural em uma estratégia geopolítica conjunta. Assim, despidos de perspectivas saudosistas, extremistas e estereotipadas, Portugal e Brasil melhor conseguirão reconhecer-se mutuamente e, conseqüentemente, estarão mais aptos a explorar, conjuntamente, as vantagens comparativas do relacionamento bilateral face ao actual [sic] contexto do sistema internacional.

8. Conclusões

No mundo altamente competitivo e voraz em tempos de globalização, com conseqüências que muitas vezes extrapolam as fronteiras da economia e atingem a população, faz-se necessário olhar para o lado e buscar ferramentas como o diálogo, a cooperação e a complementaridade. Nesse âmbito, Brasil e Portugal despontam, após séculos de história comum, como possíveis parceiros estratégicos para somarem forças no intuito de vencer esses óbices e se projetarem cada vez mais de forma ativa no CI.

Nesse contexto, termina-se o presente estudo com a síntese dos principais resultados da investigação, que foram organizados nas sete seções anteriores deste trabalho, com vistas a validar as hipóteses formuladas e, assim, dar resposta à PP. No final, apresentam-se algumas recomendações para o futuro.

Por intermédio da segunda seção, verificou-se que a política externa está conectada à conjugação de interesses e ideais ligados ao papel do Estado não apenas no âmbito externo, mas também no âmbito interno. A inserção de um país no mundo passa, fundamentalmente, pelos campos de atuação estratégico-militar, das reservas econômicas e dos valores. Quanto à PE, verificou-se que, em linhas gerais, ela é uma priorização das relações bilaterais, envolvendo interesses comuns e abrangendo diferentes setores, como o econômico, o político, o cultural e o social. Nesse contexto,

ocorre uma dinamização do conceito por meio da PEF, em que se assume a existência de diferenças, porém se procura a convergência de interesses e valores. Dentre os diversos ambientes, em nível macro, propícios para a adoção de uma PEF, encontram-se o geopolítico e militar, o tecnológico, o econômico e o mercadológico.

Na terceira seção pretendeu-se responder à PD1 (Quais os principais aspectos característicos da PEB?). Verificou-se que a PEB está assentada nos elementos de identidade nacional, dentre os quais se destacam as PE. Além disso, o Brasil tem optado nos últimos anos por uma ação de alto perfil em um sistema que transita do uni ao multipolarismo, constituindo-se em um Estado logístico, caracterizado por princípios de reciprocidade de benefícios entre as nações no campo da negociação multilateral e pela consolidação de parcerias bilaterais.

Constatou-se ainda que o país já alcançou o *status* de potência regional, alicerçado por meio das relações bilaterais com os vizinhos, pela liderança do processo de integração regional do MERCOSUL, pelos esforços na criação do CDS e pela oposição à ALCA, afastando a influência norte-americana na região. Ademais, a aproximação com a UE, a política de cooperação Sul-Sul – nomeadamente por meio da CPLP –, a intervenção na OMC, nas reuniões do G20 e a busca de um assento permanente no CSNU, evidenciam o interesse do país em se afirmar como potência.

Nesse sentido, demonstra possuir uma eficaz política externa e é por meio dela e do seu multilateralismo que procura legitimar o seu papel nas esferas políticas e de segurança regionais e mundiais, podendo ser considerado um *global player* na busca da posição de *global actor* no tabuleiro das principais decisões mundiais.

Desse modo, pode-se afirmar que a primeira hipótese foi validada, na medida em que a PEB é calcada no princípio do multilateralismo, na busca de parcerias estratégicas e no fortalecimento da

cooperação Sul-Sul, nomeadamente com outras nações integrantes da CPLP.

Na quarta seção pretendeu-se responder à PD2 (Quais os principais aspectos característicos da PEP?). Verificou-se que Portugal apresenta presença e imagem internacionais amplamente reconhecidas e tem suas bases inseridas em importantes instituições internacionais, tais como a UE, a OTAN, a CPLP e a Comunidade Ibero-Americana. Além disso, a PEP apresenta vocação natural para a construção de pontes com outros países, encorajando a participação, procurando o diálogo e a promoção de consenso nas questões internacionais.

A PEP está alicerçada em relações multilaterais, mas sem deixar de lado o incremento das relações bilaterais. Ademais, as relações transatlânticas, o processo de integração europeia e o relacionamento com os países lusófonos – e de maneira especial com o Brasil – permanecem como alicerces da PEP para o início do século XXI. Caracteriza-se ainda como uma política externa de valores, buscando a promoção da paz e dos direitos humanos.

O atual modelo de inserção internacional português mantém as áreas de interesse estratégico do país, ou seja, a Europa, o Atlântico e as relações pós-coloniais. Será por meio de um novo quadro de modelo democrático que Portugal deverá enfrentar os desafios do novo século e da globalização.

Essa análise permitiu validar a segunda hipótese, concluindo-se que a PEP privilegia, dentre outros aspectos, a participação ativa do País no sistema multilateral e a crescente relevância do Atlântico e das relações transatlânticas, particularmente com os países lusófonos.

Na quinta seção pretendeu-se dar resposta à PD3 (Quais os principais canais de diálogo entre Brasil e Portugal?). Constatou-se, inicialmente, que as relações luso-brasileiras estão inseridas em um contexto de

complementaridade entre o vetor atlantista e o vetor europeísta. No momento de crise das ligações multilaterais, o canal que tem sido privilegiado é o bilateral.

Um importante canal de diálogo se estabelece por meio da CPLP, contudo ela não pode ser entendida como a solução para todos os entraves da política externa de Brasil e Portugal, mas, antes de tudo, deve se apresentar como um instrumento político-diplomático destinado a aproximar os seus Estados-Membros e construir parcerias, complementando e fortalecendo a ação bilateral.

Outro importante caminho para direcionar o diálogo entre Brasil e Portugal é aquele balizado pelas Conferências Ibero-Americanas. Por meio delas pode ser possível atrair o interesse de Brasil e Portugal para participarem, de forma bilateral, vindo a fortalecer os projetos já existentes e outros que poderiam ser concebidos.

Ademais, a Conferência anual ALC-UE pode ser outra alternativa de aproximação dos dois países. Todavia, a UE decidiu em 2005 passar a privilegiar o Brasil como país-chave da região, elevando-o ao nível de *strategic partner*, acarretando a redução do interesse pela Conferência.

Outro canal de diálogo possível é o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação UE-MERCOSUL, que apresenta como um dos grandes impasses a implementação do acordo de livre comércio entre a UE e o MERCOSUL, que, após aprovado, poderá vir a beneficiar Brasil e Portugal, por isso a necessidade de sinergia entre os dois países para incentivar essa parceria entre os dois blocos.

Um dos mais importantes canais de diálogo na atualidade é a Conferência anual Portugal-Brasil, que tem permitido o incremento dos laços de cooperação e amizade entre as duas partes.

Essa análise permitiu validar a terceira hipótese, concluindo-se que para além do canal bilateral, os outros canais de diálogo

possíveis entre Brasil e Portugal são a CPLP, as Conferências Ibero-Americanas, as Conferências ALC-UE, a Conferência anual Portugal-Brasil e o quadro inter-regional UE-MERCOSUL.

Na sexta seção pretendeu-se dar resposta às PD4 e PD5. Para responder à PD4 (Quais as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal?), verificou-se que a inserção mais efetiva do Brasil na UE é uma das possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal. Nesse caso, a continuidade das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE deve ser enfatizada.

O apoio para o necessário fortalecimento da CPLP é outra área possível, já que a Comunidade pode potencializar a ação bilateral. Nesse mister, há alguns casos específicos que podem ser trabalhados, como a opção à abertura de fronteiras e ao favorecimento do seu espaço para incrementar as relações comerciais e econômicas entre os seus integrantes, construindo uma grande comunidade econômica mundial; e a constituição da frota marítima única para cooperação na S&D do Atlântico Sul.

Constatou-se ainda o desenvolvimento de outros projetos bilaterais nas áreas da CT&I e da Defesa, que podem ser alargados para outros vetores que não só o aeronáutico, cujo exemplo mais evidente é o projeto de desenvolvimento da aeronave KC-390.

Além disso, na medida em que o Brasil tem demonstrado ao mundo o seu intento de obter um assento permanente no CSNU, Portugal surge como um grande aliado para essa conquista, que, se alcançada, poderá favorecer a ambos.

Assim, valida-se a quarta hipótese, confirmando-se que a inserção mais efetiva do Brasil na EU e na Europa de maneira geral, o apoio para o fortalecimento da CPLP, a cooperação na defesa do Atlântico Sul, o desenvolvimento de projetos no âmbito da CT&I e da Defesa e o apoio para conquista de um assento permanente no CSNU são

possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal.

Em resposta à PD5 (Quais as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil?), verificou-se que uma das áreas de maior interesse para Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil é a da CT&I, apresentando grande margem para cooperação mútua além das já existentes, como é o caso das parcerias PETROBRAS-Galp Energia e EMBRAER-OGMA.

Além disso, Portugal também aposta no fortalecimento da CPLP, particularmente como mecanismo para afirmação da língua portuguesa no mundo, sendo que a colaboração no âmbito do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, poderá fornecer mais visibilidade mundial do que se faz e se produz em língua portuguesa.

Constatou-se ainda a possibilidade de consolidação e identificação de novas oportunidades de aprofundamento do relacionamento na área dos produtos da indústria de defesa, aproveitando as experiências e potencialidades brasileiras nesse setor.

Verificou-se que a continuação e o incremento de intercâmbio de oficiais nas Operações de Paz de OI em que atuam as FA dos dois países é uma vantagem e, se possível, deve-se buscar a participação de tropas constituídas.

Além disso, a busca do estreitamento das relações de Portugal com a África e a maior presença no Atlântico Sul, fazem parte de uma questão chave da estratégia de projeção internacional de Portugal para o século XXI, podendo contar com o apoio brasileiro para atingir esses intentos.

Desse modo, podemos afirmar que a quinta hipótese foi validada, na medida em que o apoio para o fortalecimento da CPLP, a maior presença no Atlântico Sul, o desenvolvimento da parceria no âmbito da

CT&I e da Defesa e o intercâmbio de oficiais nas operações de paz e outras atividades militares são possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil.

Na sétima seção, em que foi realizada a análise de resultados obtidos nas seções anteriores, pretendeu-se validar a sexta hipótese (Quadro 3), indicando que os possíveis vetores de parceria para maior inserção internacional dos dois países são o geopolítico e militar, o tecnológico, o econômico, o mercadológico, o político-diplomático, o sociocultural e o educacional. Sendo que essa hipótese passa a responder também a PP.

Respondidas as perguntas derivadas, é possível então dar resposta à PP: quais os principais vetores a considerar numa PE entre Brasil e Portugal, no sentido de inserir os dois países de maneira mais ativa no CI? Fruto desta investigação, concluiu-se que dentro dos vetores apresentados no parágrafo anterior pode-se considerar as seguintes propostas de aproximação entre os dois países:

- no vetor geopolítico e militar, as duas partes devem ser mais objetivas e pragmáticas nos assuntos de defesa, mantendo e otimizando o intercâmbio de militares em missões que atuam as FA dos dois países no exterior, estudando a possibilidade de constituição de uma frota marítima única, no âmbito da CPLP, para a S&D do Atlântico Sul, que resultará no desenvolvimento de uma estratégia geopolítica conjunta para essa região;
- no vetor tecnológico, deve-se potencializar as parcerias em CT&I já existentes e buscar o desenvolvimento de outras, nomeadamente aquelas ligadas à produção de energia limpa, à prospecção de hidrocarbonetos e à indústria de defesa, vindo a ampliar os horizontes do que se faz ou do que se pode vir a fazer em língua portuguesa;

- no vetor econômico é onde se encontram as maiores assimetrias, mas também pode vir a ser a área com maiores possibilidades de expansão. Tudo isso por meio do interesse mútuo e do apoio recíproco em se fazer presente em organizações econômicas, como é o caso do Brasil em relação à UE e o caso de Portugal em relação ao MERCOSUL. Além disso, surge a possibilidade de construção de uma comunidade econômica por meio da CPLP, refletindo na retomada do Atlântico como grande rota de comércio;

- no vetor mercadológico, deve-se procurar aprofundar as negociações em acordos comerciais diversos, bem como fomentar o importante apoio português para a continuidade das conversações acerca do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE;

- no vetor político-diplomático, emerge a valorização da Conferência Ibero-Americana, visando a beneficiar o canal bilateral e à busca do assento permanente no CSNU por parte do Brasil, que contaria com o apoio incondicional português;

- no vetor sociocultural, levanta-se a questão da manutenção e projeção ainda maior da lusofonia no CI, além da tentativa de tornar o português uma das línguas oficiais da ONU e de outras OI; e

- no vetor educacional, deve-se intensificar o esforço de ambas as partes – particularmente dos seus governos – para o reconhecimento de graus e títulos acadêmicos, bem como a participação recíproca em programas de ensino de nível superior.

Decorrente da presente investigação e no âmbito da liberdade acadêmica de um trabalho dessa natureza, entende-se pertinente apontar algumas recomendações para investigações futuras relacionadas com a

busca de uma PE cada vez mais profícua entre Brasil e Portugal.

Muito se foi descrito ao longo do texto sobre a assimetria existente entre os dois países em pauta. Portanto, seria importante um estudo mais aprofundado de um país sobre o outro para permitir uma melhor compreensão da cultura estratégica de cada um, bem como aproveitar de forma mais inteligente e vantajosa as potencialidades que cada um tem para oferecer ao outro e as deficiências que precisam ser minimizadas ou contornadas no intuito de ambos serem projetados internacionalmente.

A formação de massa crítica é muito importante para a lusofonia e, conseqüentemente, relevante também para a inserção mundial. Dessa forma, estudos específicos sobre a possibilidade de maior integração e definição de propósitos entre as Instituições de Ensino Superior dos dois países poderia se constituir em algo vantajoso.

Ainda há muito espaço para as pesquisas na área da CT&I. A extensa plataforma continental brasileira e a possibilidade de extensão da plataforma portuguesa sinalizam que pode haver um trabalho conjunto proveitoso, não só em termos de exploração, de troca de *know-how* e de *expertises*, como também no âmbito da S&D.

Ademais, após levantados os diferentes vetores de parceria estratégica possíveis entre Brasil e Portugal, um estudo mais aprofundado de cada um desses vetores, separadamente, seria de suma importância para afiançar as contribuições mais evidentes e exequíveis de cada dimensão para a projeção internacional dos dois países, caracterizando-se em verdadeiras janelas de oportunidade a serem exploradas.

Como se pode constatar nesta investigação, Brasil e Portugal possuem diversas possibilidades para desenvolverem uma PE verdadeiramente vantajosa e propensa a uma presença mais ativa de ambos no CI, apesar de apresentarem algumas disparidades e agendas não complementares

em alguns pontos. Para que a voz dos dois países se torne “mais audível” mundo afora é preciso que a relação se constitua em uma simbiose caracterizada pela complementaridade e pela valorização das raízes históricas, (re)construindo uma verdadeira ponte sobre o Atlântico, que, além de unir, permitirá o enfrentamento dos desafios do século XXI de forma mais madura e sinérgica.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil no contexto da governança global. In: Cadernos Adenauer IX (2008). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 199-219.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009b. 160 p. Resenha de: TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; NOBRE, Fábio R. F. **Política Hoje**, Recife, v. 19, n. 1, p. 241-250, 2010.

BAPTISTA, Ana. Petrobras disponível para reforçar parceria com Galp no petróleo brasileiro. **Dinheiro Vivo**. Lisboa, 6 ago. 2013. Seção Empresas. Disponível em: <<https://www.dinheirovivo.pt/empresas/petrobras-disponivel-para-reforcar-parceria-com-galp-no-petroleo-brasileiro/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BARBOSA, André Tavares. Relações luso-brasileiras: passado, presente e futuro [Working Paper, Linha de investigação: Europa, Segurança e Migrações]. **CEPESE**, Porto, 2008. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/relacoes-luso-brasileiras-passado-presente-e-futuro/Relacoes-luso-brasileiras-passado-presente-e.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política 51**

externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: FUNAG, 2008. p. 31-32.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. A segurança marítima no seio da CPLP: contributos para uma estratégia nos mares da lusofonia. **Nação e Defesa**, Lisboa, v. 128, n. 5, p. 41-65, jan./abr. 2011.

BIANCHI, Alessandro. Novo cabo submarino de fibra ótica liga Portugal ao Brasil em 2018. **SIC Notícias**, Lisboa, 26 abr. 2017. Seção País. Disponível em: <<http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2017-04-26-Novo-cabo-submarino-de-fibra-otica-liga-Portugal-ao-Brasil-em-2018>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BICHO, Cláudia Susana Maniés. **Entrevista concedida a Glauco Corbari Corrêa**. Lisboa, 21 fev. 2014.

BIZZOTTO, Márcia. Mercosul 'emperra' relação do Brasil com União Europeia. **BBC**, Bruxelas, 23 fev. 2013. Seção Notícias. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140219_brasil_uniao_europeia_mercosul_mb_mm.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BONALUME NETO, Ricardo. Embraer deve fechar em 2012 as parcerias para seu novo avião. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2011. Seção Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/17661-embraer-deve-fechar-em-2012-as-parcerias-para-seu-novo-aviao.shtml>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

BRASIL. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. **Conferência Ibero-Americana**. Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3678-conferencia-ibero-americana>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. **Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia (ALC-EU)**. Brasília, DF, 18 out. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/cupula-america-latina-caribe-e-uniao-europeia-alc-eu/blocos-politicos-e-economicos/cupula-america-latina-caribe-e-uniao-europeia-alc-eu>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. Força Aérea Brasileira. **Brasil e Portugal debatem possíveis parcerias entre os dois países**. Brasília, DF, 7 nov. 2017d. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31228/COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20Brasil%20e%20Portugal%20debate%20poss%C3%ADveis%20parcerias%20entre%20os%20dois%20pa%C3%ADses>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. **IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul**. Brasília, DF, 2017e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>. Acesso em: 26 nov. 52

2017.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em 2 dez. 2017.

_____. _____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf>. Acesso em 2 dez. 2017.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em 2 dez. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Brasília, DF, 2017f. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Plano Plurianual 2016-2019**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/plano-plurianual-2016-2019>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **República Portuguesa**. Brasília, DF, 2017g. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5672&Itemid=478&cod_pais=PRT&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BRIGAGÃO, Clóvis; SEABRA, Rafael. Panorama estratégico da política externa brasileira: Os caminhos da inserção internacional. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 24, p. 75-81, dez. 2009.

CAMERON, Fraser; YONGNIAN, Zheng. Key Elements of a Strategic Partnership. In: CROSSICK, Stanley; REUTER, Etienne (Ed.). **China-EU: a common future**. Singapore: World Scientific, 2007. p. 3-14.

CARRANÇA, Thais. Petrobras e Galp Energia assinam memorando para expandir cooperação. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 out. 2016. Seção Empresas. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4741803/petrobras-e-galp-energia-assinam-memorando-para-expandir-cooperacao>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

CASTRO, Sónia Melo e. **Entrevista concedida a Glauco Corbari Corrêa**. Lisboa, 11 fev. 2014.

CERVO, Amado Luiz. Apresentação: a Política Exterior do Brasil. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 9-14, jul./dez. 2012.

_____. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p. 53

_____; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000**. Brasília: EdUNB, 2000. 398 p.

CHACON, Vamireh. Brasil e Portugal no mundo. In: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coord.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos, 2010. p. 53-58. (Coleção Os Portugueses no Mundo).

CORRÊA, Glauco Corbari. A Política de Defesa do Brasil no século XXI. **Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 29-38, jan./abr. 2014.

COTRIM, António. Portugal vai comandar missão europeia internacional a partir de janeiro. **Observador**, Lisboa, 10 nov. 2017. Seção Defesa. Disponível em: <<http://observador.pt/2017/11/10/portugal-vai-comandar-missao-europeia-internacional-a-partir-de-janeiro/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CPLP lamenta falta diálogo entre países para potenciar os negócios. **RTP Notícias**, Lisboa, 23 fev. 2014. Seção Economia. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/economia/cplp-lamenta-falta-dialogo-entre-paises-para-potenciar-os-negocios_n719018>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CRAVINHO, João Gomes. Novas coordenadas da política externa portuguesa. In: **JANUS 2011-2012: Anuário de Relações Exteriores; Portugal num mundo em mudança; colocação de Portugal**. Lisboa: OBSERVARE, 2012. p. 162-163. Disponível em: <http://janusonline.pt/arquivo/popups2011_2012/2011_2012_3_3_12.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DE ORTE, Paola. Brasil deve enviar tropas para missão de paz na República Centro-Africana. **Agência Brasil**, Washington, DC, 17 nov. 2017. Seção Internacional. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/brasil-deve-enviar-tropas-para-missao-de-paz-na-republica-centro>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010. 228 p.

EICHENBERG, Fernando. Dilma afirma que acordo entre Mercosul e União Europeia está próximo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 fev. 2014. Seção Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/dilma-afirma-que-acordo-entre-mercosul-uniao-europeia-esta-proximo-11695345>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

EVERA, Stephen Van. **Guide to methods for students of political science**. Ithaca: Cornell University, 1997. 144 p.

FAJARDO, Vanessa. Reitores questionam exclusão de Portugal do Ciência sem Fronteiras. **G1**, São Paulo, 16 jun. 2015. Seção Educação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/07/reitores-questionam-exclusao-de-portugal-do-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FIGUEIREDO, Janaína. Acordo de livre comércio entre o Mercosul e União Europeia está cada vez mais próximo. **O Globo**, Buenos Aires, 11 dez. 2017. Seção Economia. Disponível 54

em: <<https://oglobo.globo.com/economia/acordo-de-livre-comercio-entre-mercosul-uniao-europeia-esta-cada-vez-mais-proximo-22176955>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 374 p.

FONSECA, Carmen Sofia. Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 53, n. 2, p. 49-69, 2010.

FREIXO, Adriano de. As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da ideia da lusofonia. In: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coord.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos, 2010. p. 65-77. (Coleção Os Portugueses no Mundo).

_____. Brasil, Portugal e a construção do "espaço da lusofonia". In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10., 2002, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2002. Comunicações Coordenadas. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/x-encontro-regional-de-historia-2002>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

GALA, Irene Vida. Os pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil. In: **A participação brasileira na CPLP**. Brasília, DF, 2002. p. 19-25. (Coleção Temas Brasileiros). Disponível em: <<http://www.dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-3.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

GOVERNO garante arrecadação de R\$ 6,15 bi em leilão do pré-sal, diz ANP. **UOL**, São Paulo, 27 out. 2017. Seção Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/10/27/leilao-pre-sal-anp-petroleo-petrobras.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

GRAYLEY, Mônica Villela. Portugal quer Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Jornal Mundo Lusíada**, São Paulo, 23 set. 2008. Seção Política. Disponível em: <<http://mundolusiada.com.br/politica/portugal-quer-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

GUERRA, Wilson Barbosa. O Brasil e a segurança do Atlântico Sul. **Nação e Defesa**, Lisboa, v. 128, n. 5, p. 67-76, jan./abr. 2011.

HAO, Su. Harmonious world: the conceived international order in framework of China's foreign affairs. In: MASAFUMI, Iida (Ed.). **China's shift: global strategy of the rising power**. Tokyo: The National Institute for Defense Studies, 2009. p. 29-55.

HIRST, Mónica; LIMA, Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, p. 22-41, dez. 2010. Edição especial em português.

LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 14, n. 38, p. 260-267, 2000. Disponível em: <<file:///C:/Users/Glauco/Downloads/9514-12186-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017. 55

_____. Novas dimensões da política externa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 1, n. 3, fev. 1987. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LEAL, Catarina Mendes. Brasil: alinhamentos e interesses recentes. **Informação Internacional**, Lisboa, v. 1, p. 271-306, 2004.

LESSA, Antônio Carlos. No canteiro das ideias: uma reflexão sobre o conceito de parceria estratégica na ação internacional do Brasil à luz das suas relações com a União Europeia. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; SARAIVA, Miriam Gomes (Org.). **Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 96-105.

_____; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Introdução - Parcerias Estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Org.). **Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, v. 1, 2013. p. 9-12. (Coleção Relações Internacionais; Série Parcerias Estratégicas com o Brasil).

LOPES, Dawisson Belém; VELLOZO JUNIOR, Joelson. Balanço sobre a Inserção Internacional do Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 317-353, jul./dez. 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. **Parcerias estratégicas flexíveis: concepção e fundamentos da teoria**. Brasília, DF, jul. 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5461/1/ARTIGO_ParceriasEstrat%C3%A9gicasFlex%C3%ADveis.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira; SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. África & Brasil: parceria para o desenvolvimento. **Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, p. 38-53, jan./abr. 2013.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 52, n. 2, p. 22-42, 2009.

MOREIRA, Adriano. A importância da formulação de um Conceito Estratégico Nacional. In: SEMINÁRIO DE ESTRATÉGIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO, 12 fev. 2014, Lisboa. **Anais...** Lisboa: IUM, 2014.

_____. **Adriano Moreira**: entrevista [10 nov. 2013]. Entrevistadores: P. Baldaia e J. Marcelino. Lisboa: TSF Rádio Notícias, 2013. Entrevista concedida ao ciclo de entrevistas "O Estado da Nação" da TSF Rádio Notícias. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/programa/o-estado-da-nacao/emissao/adriano-moreira-audio-3523180.html?autoplay=true>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MOREIRA, Lauro. Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia. In: SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (Coord.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: Fronteira do Caos, 2010. p. 59-63. (Coleção Os Portugueses no Mundo). 56

NOTA do ENEM é aceita em 27 universidades de Portugal. **Exame**, São Paulo, 17 out. 2017. Seção Carreira – Você S/A. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/nota-do-enem-e-aceita-em-27-universidades-de-portugal/>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

O BRASIL e o multilateralismo contemporâneo. In: ACIOLY, Luciana; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Org./Ed.). **Inserção internacional brasileira: temas de política externa**. Brasília: IPEA,

2010. cap. 4, p. 159-179. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Inserção Internacional Brasileira Soberana, Livro 3).

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. O conceito de política externa. In: **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. cap. 1, p. 1-28.

PALMA, Fernando Miguel Videira Gomes da. **O quinto elemento da política externa portuguesa e o conceito de soft power**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

PATRÍCIO, Raquel de Caria. As relações entre a União Europeia e a América Latina – o Mercosul neste enquadramento. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; SARAIVA, Miriam Gomes (Org.). **Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 62-77.

_____. Portugal - Brasil: o lugar que cada um ocupa na política externa do outro. Lisboa, 27 nov. 2008. Disponível em: <<http://brasil-americaodosul.blogspot.pt/2008/11/portugal-brasil-o-lugar-que-cada-um.html>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008.

PEREIRA, Manuel Fernandes. Política externa portuguesa e política externa e de segurança comum da União Europeia. **Negócios Estrangeiros**, Lisboa, DF, n. 9.1, p. 134-145, mar. 2006.

PETROBRAS e Galp apresentam em Lisboa parceria na área de biocombustíveis. **Agência Petrobras**, Rio de Janeiro, 18 maio 2010. Disponível em: <http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=8473>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 5-23, 2000.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 81 p.

PIRES, Samuel de Paiva. **O papel de Portugal no estabelecimento da parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil**. 6 jul. 2009. 47 f. Trabalho apresentado durante do Seminário de Diplomacia Nacional do Curso de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009. 57

PORTUGAL. Ministério da Defesa Nacional. **Conceito Estratégico de Defesa Nacional**. Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf>. Acesso em: 5 dez. 17.

_____. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. **Conferência Ibero-Americana**. Lisboa, 2016. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/parceiros/conferencia-ibero-americana?highlight=WyJjb25mZXJcdTAwZWFuY2lhIiwjJ2NvbmZlc1MdbiYw5jaWEiLCJpYmVyby1hbWVyaWNhbmEiLCJjb25mZXJcdTAwZWFuY2lhIGliZXJvLWFtZXJpY2FuYSJd>>. Acesso em: 4 dez. 17.

_____. **Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019**. Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>>. Acesso em: 5 dez. 17.

_____. Resolução da Assembleia da República nº 83, de 28 de setembro de 2000. Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000. **Diário [da] República Portuguesa**, Lisboa, 14 dez. 2000. Série I-A, p. 7172-7187.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Tradução João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho. Revisão científica Rui Santos. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2013. 282 p.

REIS, Bárbara. Costa quer Brasil e Índia com lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. **Público**, Lisboa, 20 set. 2017. Seção Mundo. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/09/20/mundo/noticia/costa-quer-brasil-e-india-com-lugar-permanente-no-conselho-de-seguranca-da-onu-1786109>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

RODRIGUES, Teresa Ferreira; XAVIER, Ana Isabel. Reconcetualizar a segurança e a defesa nacional: o futuro e a importância do fator demográfico. **Revista de Ciências Militares**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 49-70, maio 2013.

ROSA, Hélder Lukeny Bravo da. Importância do Brasil na CPLP. **Intellector**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1-23, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2006-05/helder.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2017.

SARAIVA, José Flávio Sombra. 500 anos de relações entre Brasil e Portugal. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 189-191, 2000.

SARAIVA, Miriam Gomes. O Brasil entre a União Europeia e a América do Sul entre continuidades e mudanças nos governos de Cardoso e Lula: limites para uma relação triangular. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; SARAIVA, Miriam Gomes (Org.). **Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 78-94.

SILVA, Joaquim Ramos. Laços econômicos com o Brasil: um imperativo estratégico para Portugal. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 11, n. 2-3, p. 2-20, 2012. 58

Edição especial 10 anos. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpbg/v11n2-3/v11n2-3a02.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SILVA, Karine de Souza. A parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia: convergências e divergências da agenda bilateral. In: ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200046&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SILVA, Rosário. Cluster aeronáutico de Évora ganha asas e mostra-se em Lisboa. **Rádio Renascença**, Lisboa, 1 fev. 2017. Disponível em: <http://rr.sapo.pt/noticia/74887/cluster_aeronautico_de_evora_ganha_asas_e_mostra_se_em_lisboa>. Acesso em: 3 dez. 2017.

SOUSA, Fernando de. Portugal e Brasil no quadro das relações União Europeia - MERCOSUL. **Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa**, Lisboa, v. 29, p. 57-72, 2002.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Ensaio sobre a política externa portuguesa. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 28, p. 51-60, dez. 2010.

TORRES, Adelino; FERREIRA, Manuel Ennes. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas. In: MOREIRA, Adriano (Coord.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: cooperação**. Coimbra: Almedina, 2001. p. 23-119.

UNIÃO Europeia e Mercosul devem estudar propostas para acordo de livre comércio antes da Copa. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 28 mar. 2014. Seção Geral. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/03/uniao-europeia-e-mercosul-devem-estudar-propostas-para-acordo-de-livre-comercio-antes-da-copa-4458980.html>>. Acesso em 29 nov. 2017.

VARAS, Augusto. Brasil en Sudamérica: de la indiferencia a la hegemonía. **FRIDE**, Madrid, 12 maio 2008. Disponível em: <<http://fride.org/publicacion/415/brasil-en-sudamerica:-de-la-indiferencia-a-la-hegemonia>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

VERÍSSIMO, Renata. Mercosul e UE irão estudar propostas para livre comércio a partir de maio. **Estadão**, São Paulo, 21 mar. 2014. Seção Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,mercosul-e-ue-irao-estudar-propostas-para-livre-comercio-a-partir-de-maio,180140e>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

VILALVA, Mário. **Mário Vilalva, Embaixador do Brasil em Portugal**: entrevista [2014]. Entrevistador: N. Estêvão. Lisboa: Share Magazine, mar./abr. 2014. Entrevista concedida à Revista Share Magazine.

WILHELMY, Manfred. **Política Internacional: enfoques y realidades**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988. 360 p.